



LABORATÓRIO DE GOVERNO | FDUSP

RANKING DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

2023/2024

Sumário

I. Apresentação do relatório	2
II. Grupo de pesquisadores 2023-2024.....	3
III. Considerações gerais sobre a pesquisa	4
IV. Metodologia de Pesquisa.....	8
V. Ranking	16
VI. Critérios e pontuação	21
VII. Análise do ranking dos Estados e Governo Federal	28
VIII. Análise do ranking das Capitais.....	77
IX. Comparação geral com a primeira versão do ranking	122
X. Base de dados deste relatório	124
XI. Bibliografia.....	125

I. Apresentação do relatório

Fernando Menezes de Almeida
Professor titular da Faculdade de Direito da USP

O Laboratório de Governo (LabGov), da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob a coordenação do prof. Marcos Perez, já se consolidou como uma referência de excelência em pesquisa e extensão universitária, desenvolvendo abordagens inovativas num amplo espectro temático do direito que envolve o funcionamento das instituições estatais no Brasil, com ênfase nas funções de Governo e Administração.

O LabGov é integrado por alunos e antigos alunos de graduação e pós-graduação, atuando com extraordinária dedicação e produzindo resultados de ampla repercussão para além dos limites da academia, sem contar os evidentes benefícios para a formação dos próprios alunos e pesquisadores envolvidos.

Uma das linhas de ação do LabGov se manifesta por seu Núcleo de Estudos da Transparência Administrativa e da Comunicação de Interesse Público (NETACIP), que agora publica nova edição do Ranking da Transparência, 2023-2024.

Como noticiado pelo próprio NETACIP, a edição anterior do Ranking (2021-2022) foi muito bem-sucedida, havendo repercutido na grande imprensa e tendo gerado reações de várias das próprias entidades públicas avaliadas, que buscaram contato com o Núcleo para melhor compreender os resultados e possíveis meios de aprimorar suas atividades a partir deles.

A qualidade do método, a clareza do texto, a idoneidade dos resultados desta nova publicação significam certamente mais uma contribuição de imenso valor que o LabGov e o NETACIP oferecem à sociedade brasileira.

II. Grupo de pesquisadores 2023-2024

Professor coordenador:

- > Marcos Augusto Perez

Coordenadores:

- > Fernanda Alves Rosa
- > Pedro Alves Ferreira

Monitores:

- > Andreia Teixeira Silva
- > Isabella Scaff
- > Marcos Mostaço Kondo

Pesquisadores:

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Thales Nunes	Anna Flávia Costa	Maria Eduarda Campos	Gabriela Andrade
Eriko Monteiro	André Tavora	Eduardo Santos	Bruno Caceres
Giovanna Teixeira	Evelyn Alves	Leonardo Muradian	Luiz Carlos Costa
Mariana Carolina Rezende	Natália Godoy	Liliane Castro	Paula Helena Ruiz

III. Considerações gerais sobre a pesquisa

O exercício do poder no âmbito da Administração Pública já não se traduz, na atualidade, num espaço de imunidade de quem o exerce. A afirmação de um Estado Democrático de Direito, no contexto da Constituição Federal de 1988, não é apenas uma diretriz referente aos direitos políticos, mas uma realidade que deve ser praticada por todos os agentes públicos no cotidiano de suas atividades.

Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis o exame e o debate acerca do grau de transparência que a Administração Pública brasileira confere às suas atividades, especialmente como forma de prestação de contas perante seus administrados. A análise e o acompanhamento do compromisso com a transparência de informações públicas é o principal objetivo do Núcleo de Estudos da Transparência Administrativa e da Comunicação de Interesse Público (NETACIP), grupo de pesquisa vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP), idealizado e desenvolvido ao longo dos anos pelos professores Marcos Augusto Perez e Rodrigo Pagani de Souza.

Após anos de pesquisa e trabalho relacionados ao acesso à informação, o NETACIP publicou seu primeiro ranking da transparência administrativa em 2022. Nesta pesquisa, o grupo estudou e avaliou o grau de transparência administrativa dos Estados e Capitais brasileiras, partindo dos aspectos teóricos referentes ao tema para desenvolver um estudo empírico, aprimorando e revisando a metodologia originalmente aplicada, sem perder a sua essência de

promover uma análise global a partir da complementaridade entre a discussão acadêmica e a observação da realidade.

O resultado do ranking da transparência de 2021/2022 repercutiu nos principais jornais de todo o país, sendo destaque, por exemplo, em matérias no “O Globo” e “Valor Econômico”. Além disso, o ranking também repercutiu na própria Administração Pública, eis que diversos representantes de Capitais e Estados entraram em contato com o NETACIP para entender a pesquisa e fornecer *feedbacks* sobre o resultado divulgado.

A partir de 2023, o NETACIP foi sucedido pelo Laboratório de Governo da Faculdade de Direito da USP (LabGov), que passou a englobar o núcleo como uma das suas frentes focadas em realizar pesquisas e atividades de cultura e extensão sobre transparência administrativa e comunicação.

Após essa unificação e diante de toda essa repercussão e as mudanças ocorridas desde a publicação do primeiro relatório, o LabGov elaborou um novo ranking da transparência administrativa realizado no segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024.

De uma forma geral, este novo ranking utilizou-se das mesmas premissas do anterior, sendo novidade apenas a inserção de mais cinco critérios de avaliação¹ e a apresentação de uma tabela detalhada que condensa toda a avaliação dos Estados e Capitais. Inclusive, importante pontuar que o fornecimento dessa

¹ Alguns critérios novos apresentam subcritérios – mais detalhes no tópico V.

tabela foi uma reivindicação de representantes da Administração Pública para entender melhor os critérios e notas utilizados na construção do ranking.

Para a realização deste novo ranking, o professor, coordenadores, monitores, estudantes de graduação, de pós-graduação e muitos pesquisadores debateram textos clássicos e atuais, levando em conta toda a complexidade do tema, realizando debates intensos, para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a transparência administrativa e seus desafios no Brasil, tentando fugir de generalidades e lugares comuns.

Paralelamente, o grupo promoveu uma pesquisa empírica junto aos portais eletrônicos de transparência de todos os Estados brasileiros e de suas respectivas capitais, bem como do Distrito Federal e do Governo Federal, cuja evolução foi acompanhada e debatida em sala de aula desde o princípio das pesquisas até seu resultado, processo que deu origem à presente versão do ranking.

A temática dos encontros alternava-se entre o debate teórico e o compartilhamento e discussão dos resultados obtidos na pesquisa empírica, a fim de aproveitar o conhecimento coletivo para refinar os métodos de coleta e critérios que seriam utilizados.

A partir desses dois eixos temáticos o grupo desenvolveu um ranking com critérios que visam interagir com a realidade e colaborar com o devir da transparência pública no país, sobretudo considerando a evolução recente da discussão do tema e o impacto causado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 ou, simplesmente, LAI) após mais uma década de sua vigência.

Ressalta-se que os critérios analisados nessa pesquisa não se limitam a avaliar a mera disponibilização das informações, pois é imperativo que os Portais da Transparência também se preocupem em aprimorar a acessibilidade, utilizando ferramentas como design e *layout* a fim de tornar o acesso à informação mais prático, fácil, rápido e intuitivo. Acessibilidade, portanto, implica não apenas a facilidade de acesso, como também a atualidade e inteligibilidade da informação, para além da possibilidade de *download* em diferentes formatos de modo a facilitar o tratamento dos dados.

Para além disso, é importante se atentar à integração entre o Portal da Transparência propriamente dito e suas redes sociais, por fazerem parte do dia a dia da população e serem, frequentemente, sua primeira (e muitas vezes única) fonte de informação.

Finalmente, a pretensão deste estudo não é a de realização de um diagnóstico definitivo ou sem falhas, até porque se sabe que a reação dos entes públicos cujos portais foram analisados existirá e será importante para o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados e para as próximas edições do ranking. Nosso objetivo é continuar a pavimentar e rever os caminhos, interpretar o direito de forma atual, para que todo cidadão tenha acesso aos direitos que lhe são assegurados pelo art. 5º, XIV, XXXIII e LXXII da Constituição Federal regulamentados principalmente pela Lei nº 12.527/2011.

Assim, considerando essas premissas, o LabGov apresenta seu “Ranking da Transparência na União, Estados e Capitais do Brasil 2023/2024”.

IV. Metodologia de Pesquisa

Assim como a primeira versão, este Ranking da Transparência dos Portais Eletrônicos dos Estados e Capitais Brasileiros foi elaborado por meio de pesquisas desenvolvidas coletivamente pelos participantes do LabGov, valendo-se da análise dos dados disponibilizados nos Portais de Transparência na Internet do Governo Federal, bem como de todos os Estados do Brasil e de suas Capitais.

Para o desenvolvimento do trabalho, os pesquisadores foram divididos em quatro grupos, e, a cada grupo, foram designadas treze ou catorze localidades diferentes para estudo e análise durante o semestre:

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
Macapá (AP)	Acre	Minas Gerais	Rio de Janeiro (capital)
Natal (RN)	Boa Vista (RR)	Florianópolis (SC)	Aracaju (SE)
Alagoas	Rio Branco (AC)	Piauí	Belo Horizonte (MG)
Salvador (BA)	Amapá	Rio de Janeiro (Estado)	Recife (PE)
Goiânia (GO)	Bahia	Rio Grande do Norte	Teresina (PI)
Espírito Santo	São Luís (MA)	Porto Alegre (RS)	Rio Grande do Sul
Cuiabá (MT)	Goiás	Rondônia	Porto Velho (RO)
Mato Grosso do Sul	Campo Grande (MS)	São Paulo (capital)	Roraima
Amazonas	Sergipe	Tocantins	Santa Catarina
Ceará	Maceió (AL)	Belém (PA)	Pará

Distrito Federal	Manaus (AM)	João Pessoa (PB)	Paraíba
Maranhão	Fortaleza (CE)	Curitiba (PR)	Paraná
Mato Grosso	Vitória (ES)	Pernambuco	Palmas (TO)
São Paulo (Estado)			Governo Federal

Cada um desses grupos foi orientado especificamente por um monitor com experiência na pesquisa, o qual instruiu e organizou o trabalho interno dos pesquisadores de forma contínua durante todo o período de pesquisa.

Nessa edição foram inseridos novos critérios em relação a última edição do ranking, os quais, no decorrer do ano, foram revisados e aprimorados após debate entre professor, coordenadores, monitores e pesquisadores participantes do núcleo, tendo em vista os resultados e observações realizadas no exercício da pesquisa e as novas tecnologias associadas a prática do acesso à informação.

De modo geral, foram analisados aspectos referentes à existência de canais de comunicação com a sociedade, bem como o conteúdo da informação divulgada. Também foram consideradas a existência e acessibilidade de informações referentes à publicação de gastos – especialmente com saúde, educação, segurança pública e previdência –, tal como informações sobre programas governamentais e outros dados orçamentários.

Cada uma das informações pesquisadas correspondia a uma exigência legal explícita quanto dados que deveriam ser disponibilizados aos administrados, ou a um desdobramento dessas exigências. Tais critérios de pesquisa foram

extraídos dos seguintes instrumentos normativos: (i) o Decreto n. 5.482, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal; (ii) a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação ou LAI, e que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, entre outras providências; e (iii) a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também chamada Lei de Responsabilidade Fiscal ou LRF, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

A tabela indicativa de todos os critérios considerados e respectivas pontuações, correspondentes à importância atribuída ao tipo de informação em jogo relativamente às demais (e, assim, ao seu peso na nota final), está disponível em item específico adiante.

Em termos práticos, a metodologia de pesquisa consistiu no acesso pelos pesquisadores aos portais eletrônicos de transparência dos governos das localidades por eles escolhidas, e na tentativa de encontrar nestes portais determinadas informações pré-selecionadas.

Os resultados da pesquisa deveriam ser preenchidos em uma tabela padrão do Excel, informando objetivamente se aquele critério de pesquisa foi ou não atendido pelo portal da transparência, em um parâmetro binário de “sim” ou “não”.

Assim, se o pesquisador conseguisse encontrar a informação correspondente àquele critério de pesquisa no portal eletrônico de transparência da localidade em questão, ele responderia que “sim”, atestando o atendimento ao critério. Por outro lado, caso não tivesse logrado êxito ao buscar o dado objeto da pesquisa, responderia apenas “não”.

Com isso foi atribuída a nota zero aos casos de inobservância ao critério, enquanto foi atribuída a nota correspondente à pontuação de cada critério examinado nas hipóteses em que se verificava seu cumprimento. Dessa maneira, dado o parâmetro binário de análise – atendimento, ou não, do critério –, as notas também sempre foram atribuídas conforme esse padrão, cabendo somente duas alternativas: ou a nota zero, no caso de não atendimento, ou a nota “cheia” correspondente ao critério, no caso de atendimento.

As pontuações para cada critério foram escalonadas considerando a relevância de cada qual, especialmente em vista do juízo de que já não se pode aceitar a inobservância de alguns dos critérios, os quais receberam pontuação mais elevada. Esses tiveram, assim, um peso maior na nota final de transparência de cada Estado ou Capital.

Ainda, ao lado da atribuição, ou não, da nota, em função da verificação do atendimento, ou não, de cada critério, o pesquisador deveria preencher um campo de “observações”, no qual deveria descrever a sua experiência de pesquisa daquele dado, de modo a esclarecer melhor o processo e o resultado da pesquisa, bem como entregar um relatório descritivo dos principais pontos positivos e negativos das localidades examinadas, que consiste no texto que passa a compor este relatório adiante.

Além do conteúdo dos Portais Eletrônicos de Transparência, foi considerado o tempo e o número de cliques necessários para a obtenção das informações requeridas nos critérios de pesquisa, como forma de auferir a acessibilidade destes dados.

O principal parâmetro utilizado na pesquisa do NETACIP, entretanto, foi o tempo.

Caso os pesquisadores não conseguissem encontrar a informação desejada em até 3 minutos de pesquisa, poderia se considerar que o Portal da Transparência não foi bem-sucedido em fornecer aquela informação, e, portanto, não teria atendido aquele critério específico. Isso não apenas ajudou a padronizar referências, como também reflete a realidade de quem costuma buscar por alguma informação em sites na internet, já que, na prática, poucas são as pessoas que perderiam mais tempo navegando em um site para localizar o dado em uma situação regular.

Por sua vez, o número de cliques necessários para encontrar a informação foi utilizado como um dado auxiliar, também observado durante a pesquisa pelos pesquisadores e anotado dentro do campo destinado a observações.

A inspiração para o parâmetro temporal foi o método usado no processo de aprimoramento, renovação e modernização do Portal da Transparência da Câmara dos Deputados, conforme foi explicado aos pesquisadores da edição de 2019, em palestra ministrada pela convidada Dra. Patrícia Roedel, Diretora do LabHacker, órgão de inovação da Câmara dos Deputados.

Atualmente, o Portal da Transparência do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados é uma das maiores referências de transparência administrativa, e a sua formatação atual dependeu da análise do tempo para acesso à informação. Segundo Patrícia Roedel, pesquisas indicaram que, após os primeiros 3 minutos de busca, a maior parte dos cidadãos desiste e acaba frustrada no seu desejo de obter a informação a qual tem direito.

O tempo e o número de cliques são importantes pontos de observação, porque a transparência de fato significa, mais do que a mera disponibilização da informação pelo Poder Público, a garantia de que ela possa efetivamente ser acessada e compreendida pelo cidadão de forma simples e em tempo razoável.

A garantia de transparência não se traduz apenas na observância ao princípio da publicidade, mas abrange escopo muito mais amplo: o dever de transparência pública impõe à Administração o dever de se assegurar que a divulgação dos dados seja feita de maneira a garantir que o cidadão comum consiga realmente ser informado a partir deles, ou seja, que possa facilmente compreender e extrair uma conclusão a partir dos dados acessados.

Quando o administrado necessita de muito tempo e muitos cliques para encontrar a informação desejada, tem-se um indicativo de que a transparência ainda não está sendo plenamente exercida pelo Poder Público, pois a informação não está disponibilizada de modo que seu acesso seja fácil, rápido, intuitivo e inteligível para o cidadão. A ampliação do tempo e do número de cliques necessários a se alcançar um dado pode ser interpretada como uma forma de tentar escondê-lo, como em um pretenso cumprimento da LAI que, como se

costuma falar na linguagem popular, é apenas “para inglês ver”, sendo, na prática, ineficaz.

Além da definição dos critérios de pesquisa, também houve preocupação dos componentes do NETACIP em revisar as pontuações correspondentes a cada critério (na prática determinantes do peso de cada um deles na nota final atribuível ao Estado ou Capital), de modo que eles fossem balanceados, e o resultado final revelasse da maneira mais objetiva e justa possível a classificação do Portal de Transparência daquela localidade no Ranking.

Desse modo, foram realizadas três rodadas de revisão encabeçada pelos pesquisadores e coordenadores do grupo: (i) revisão material das respostas da tabela do ranking, garantindo que as respostas fossem fidedignas aos Portais da Transparência; (ii) revisão do relatório sintético das características e avaliações dos Estados e Capitais, destacando os principais aspectos das localidades analisadas no ranking; e (iii) revisão geral de todo o material pelos pesquisadores e pelos coordenadores do grupo.

De uma forma geral, todos os dezesseis pesquisadores, monitores e os coordenadores do grupo acessaram no mínimo três vezes o portal da transparência dos entes federados para responder cada um dos quesitos existentes. Esse acesso múltiplo visou garantir a integridade da resposta obtida, bem como uma revisão sólida e segura.

Ressalta-se, ainda, que o relatório de cada uma das localidades foi realizado com base na análise dos principais eixos da pesquisa do ranking, sendo dividida da seguinte forma: (i) experiência de pesquisa; (ii) acesso à dados essenciais; (iii)

ferramenta de busca e acesso à informação; e (iv) síntese dos pontos positivos e negativos.

Assim, considerando a metodologia supracitada, apresenta-se a seguir os resultados obtidos com o preenchimento do nosso ranking da transparência entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024.

V. Ranking

Como exposto anteriormente, foi elaborada uma tabela detalhada descrevendo a avaliação de cada uma das localidades nos quesitos analisados nesse ano.

Além dessa tabela descritiva, que será compartilhada ao fim deste relatório, confira-se os resultados gerais do ranking:

Ranking Geral

Ranking Geral			
1	Ceará	389	95,34%
2	Porto Alegre	387	94,85%
3	Espírito Santo	384	94,12%
4	Cuiabá	382	93,63%
5	Paraná	382	93,63%
6	Goiânia	378	92,65%
7	Minas Gerais	375	91,91%
8	Goiás	375	91,91%
9	Bahia	374	91,67%
10	Pernambuco	371	90,93%
11	Santa Catarina	371	90,93%
12	Salvador	368	90,20%
13	Rondônia	368	90,20%
14	Fortaleza	366	89,71%
15	Distrito Federal	365	89,46%
16	Alagoas	364	89,22%

17	Governo Federal	361	88,48%
18	Curitiba	359	87,99%
19	Vitória	355	87,01%
20	Roraima	355	87,01%
21	Recife	352	86,27%
22	São Paulo	348	85,29%
23	São Paulo (Estado)	346	84,80%
24	Belo Horizonte	345	84,56%
25	Palmas	344	84,31%
26	Amapá	344	84,31%
27	Acre	344	84,31%
28	Maranhão	342	83,82%
29	Florianópolis	339	83,09%
30	Rio de Janeiro	339	83,09%
31	Paraíba	336	82,35%
32	Macapá	333	81,62%
33	Pará	331	81,13%
34	Natal	329	80,64%
35	Aracaju	328	80,39%
36	Porto Velho	327	80,15%
37	Rio Grande do Sul	327	80,15%
38	São Luís	325	79,66%
39	Amazonas	322	78,92%
40	Tocantis	321	78,68%
41	Manaus	320	78,43%
42	João Pessoa	317	77,70%

43	Mato Grosso	310	75,98%
44	Campo Grande	306	75,00%
45	Belém	305	74,75%
46	Piauí	304	74,51%
47	Rio de Janeiro	295	72,30%
48	Mato Grosso do Sul	292	71,57%
49	Boa Vista	288	70,59%
50	Maceió	285	69,85%
51	Rio Grande do Norte	277	67,89%
52	Teresina	272	66,67%
53	Sergipe	270	66,18%
54	Rio Branco	239	58,58%

Ranking Estados, Distrito Federal e Governo Federal

Ranking Estados			
1	Ceará	389	95,34%
2	Espírito Santo	384	94,12%
3	Paraná	382	93,63%
4	Minas Gerais	375	91,91%
5	Goiás	375	91,91%
6	Bahia	374	91,67%
7	Pernambuco	371	90,93%
8	Santa Catarina	371	90,93%
9	Rondônia	368	90,20%
10	Distrito Federal	365	89,46%

11	Alagoas	364	89,22%
12	Governo Federal	361	88,48%
13	Roraima	355	87,01%
14	São Paulo (Estado)	346	84,80%
15	Amapá	344	84,31%
16	Acre	344	84,31%
17	Maranhão	342	83,82%
18	Paraíba	336	82,35%
19	Pará	331	81,13%
20	Rio Grande do Sul	327	80,15%
21	Amazonas	322	78,92%
22	Tocantis	321	78,68%
23	Mato Grosso	310	75,98%
24	Piauí	304	74,51%
25	Rio de Janeiro	295	72,30%
26	Mato Grosso do Sul	292	71,57%
27	Rio Grande do Norte	277	67,89%
28	Sergipe	270	66,18%

Ranking das Capitais

Ranking Capitais			
1	Porto Alegre	387	94,85%
2	Cuiabá	382	93,63%
3	Goiânia	378	92,65%
4	Salvador	368	90,20%

5	Fortaleza	366	89,71%
6	Curitiba	359	87,99%
7	Vitória	355	87,01%
8	Recife	352	86,27%
9	São Paulo	348	85,29%
10	Belo Horizonte	345	84,56%
11	Palmas	344	84,31%
12	Florianópolis	339	83,09%
13	Rio de Janeiro	339	83,09%
14	Macapá	333	81,62%
15	Natal	329	80,64%
16	Aracaju	328	80,39%
17	Porto Velho	327	80,15%
18	São Luís	325	79,66%
19	Manaus	320	78,43%
20	João Pessoa	317	77,70%
21	Campo Grande	306	75,00%
22	Belém	305	74,75%
23	Boa Vista	288	70,59%
24	Maceió	285	69,85%
25	Teresina	272	66,67%
26	Rio Branco	239	58,58%

VI. Critérios e pontuação

No intuito de manter a objetividade na elaboração do Ranking, os participantes do núcleo decidiram que a pontuação referente a cada critério seria imputada de modo considerado proporcional à vinculação do critério à legislação, considerados como prioritários e, portanto, com maior pontuação, aqueles cujo descumprimento não pode mais ser admitido, conforme se pode perceber na tabela a seguir:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÕES
P1 - No site do Governo Estadual ou Prefeitura Municipal, o site da transparência é de fácil localização e identificação?	10
P1.1 - há uma página de dados abertos, como a disponibilizada pelo Governo Federal em: http://dados.gov.br/	6
P2 - A página oficial do Portal da Transparência é organizada de forma acessível? (4 pts) (verificar se é fácil visualizar as categorias, como em http://www.portaldatransparencia.gov.br/)	4
P3 - Há tratamento de informações mais relevantes referentes a execução orçamentária ? [utilizar como referência encontrar algo semelhante ao que está disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/despesas]	10

P4 - Há informações relativas aos gastos com saúde ?	4
P4.1 - Em caso afirmativo para P4, é possível identificar em que programas específicos os valores foram aplicados?	4
P4.2 - Em caso afirmativo para P4, é possível selecionar períodos isolados para análise do gasto?	2
P4.3 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	1
P5 - Há dados referentes aos gastos com educação ?	4
P5.1 - Em caso afirmativo para P5, é possível identificar em que programas específicos os valores foram aplicados?	4
P5.2 - Em caso afirmativo para P5, é possível selecionar períodos isolados para análise do gasto?	2
P5.3 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	1
P6 - Há dados relativos aos gastos com segurança pública ?	4
P6.1 - Em caso afirmativo para P6, é possível identificar em que programas específicos os valores foram aplicados?	4
P6.2 - Em caso afirmativo para P6, é possível selecionar períodos isolados para análise do gasto?	2
P6.3 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível	1

localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	
P7 - Há informações atinentes aos gastos com <u>previdência</u> ?	4
P7.1 - Em caso afirmativo para P7, é possível identificar em que programas específicos os valores foram aplicados?	4
P7.2 - Em caso afirmativo para P7, é possível selecionar períodos isolados para análise do gasto?	2
P7.3 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	1
P8 - O portal da transparência realiza a <u>divisão entre despesas de capital e despesas correntes</u> , nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal?	10
P8.1 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	1
P9 - No contexto da LRF, o portal da transparência fornece informações relativas à <u>dívida pública</u> ?	10
P9.1 - Há informação sobre restos a pagar de anos anteriores?	1
P9.1.1 - É possível identificar a despesa de origem dos restos a pagar, de modo a identificar setor e ano?	4
P9.2 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível	4

localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	
P10 - Há ainda a divisão entre repass e transferências ?	4
P10.1 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	0
P11 - Há divulgação do balanço dos últimos 5 anos?	5
P11.1 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	0
P12 - Há divulgação do orçamento dos últimos 5 exercícios financeiros?	10
P12.1 - Caso não tenha sido possível encontrar a informação por cliques, responder aqui se foi possível localizar através de ferramentas de busca do próprio portal da transparência.	0
P13 - Em havendo concentração de informações relevantes , estas são facilmente localizadas na página inicial do Portal?	10
P14 - O governo utiliza a página como propaganda eleitoral ?	10
P15 - Há divulgação dos programas e políticas públicas, divididos por Secretaria, órgão ou ente , implementados pelo ente federado?	2
P16 - Há divulgação do "registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das	10

respectivas unidades e horários de atendimento ao público" (art. 8º, I/LAI)?	
P17 - Há divulgação de "informações concernentes a procedimentos licitatórios , inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados" (art. 8º, IV/LAI)?	5
P17.1 - os respectivos editais e minutas de contratos foram disponibilizados?	10
P17.2 - a informação sobre o resultado do procedimento licitatório está disponível?	10
P17.3 - a versão assinada do contrato está disponível?	3
P18 - Há divulgação de " dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades" (art. 8º, V/LAI)?	10
P19 - Há divulgação das "respostas a perguntas mais frequentes da sociedade" (art. 8º, VI/LAI), "FAQ"?	2
P20 - O site possui " ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão" (art. 8º, § 3º, I/LAI)?	10
P21 - Há um app do Portal da Transparência?	10
P22 - O ente possui perfil nas redes sociais? Se sim, listar as redes sociais existentes no campo das observações	10
P22.1. Em caso afirmativo do quesito anterior, os perfis das redes sociais estão referenciados ou linkados ao Portal da Transparência?	2
P23 - O site possibilita "a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não	10

proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações" (art. 8º, § 3o, II/LAI)?	
P24 - O site possibilita " o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina" (art. 8º, § 3o, III/LAI)? [verificar se é possível fazer download de documentos em diferentes formatos e se é possível utilizar ctrl+F]	10
P25 - O site divulga em detalhes "os formatos utilizados para estruturação da informação" (art. 8º, § 3o, IV/LAI)?	10
P26 - Os documentos do site podem ser baixados para o computador?	10
P27 - O site mantém atualizadas "as informações disponíveis para acesso" (art. 8º, § 3o, VI)?	10
P28 - O site indica "local e instruções que permitam ao interessado comunicar -se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio" (art. 8º, § 3o, VII/LAI)?	10
P29 - O site adota "as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência " (art. 8º, § 3o, VIII/LAI)?	10
P30 - O site possui algum tipo de restrição ao acesso, como a exigência de apresentação de informações pessoais?	10
P31 - O site possui um glossário com explicações sobre termos técnicos?	2
P32 - O site possui filtros para a realização de pesquisas?	2
P33 - Há uma lista divulgando a remuneração dos servidores?	4

P34 - Existe lista integrada especificando <u>vantagens pessoais</u> e indenizações?	4
P35 - O portal apresenta <u>informações sobre a Lei de Acesso à Informação</u> ? (Seja cartilha, seja um tutorial)	10
P36 - Há no portal alguma explicação sobre o <u>uso da Lei de Acesso à Informação</u> e os procedimentos de pedidos de informação?	4
P37 - Existe <u>E-SIC</u> ?	10
P38 - Há indicação de <u>locais</u> de prestação de serviços públicos essenciais, tais como delegacias para se fazer boletim de ocorrência e postos de saúde?	10
P39 - O ente possui <u>ouvidoria</u> ?	10
P40 - O ente possui algum órgão para recebimento centralizado dos <u>pedidos</u> de informação?	10
P41 - O site possui uma área específica destinada aos profissionais da <u>imprensa</u> ?	5
P42 - O site possui uma área específica voltada aos órgãos de <u>controle</u> ?	10
P43 - Há disponibilização de <u>dados estatísticos</u> do número de pedidos feitos, de quantos foram deferidos ou indeferidos e do cumprimento dos prazos?	10
P44 - A legislação local é disponibilizada de forma acessível, pesquisável e atualizada?	10
TOTAL	408

VII. Análise do ranking dos Estados e Governo Federal

VII.a. Acre

VII.a.i. *Experiência de Pesquisa*

A experiência de pesquisa no portal da transparência é simples e ágil, sendo possível responder os quesitos com uma média de aproximadamente dois minutos. Em relação aos cliques existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram utilizados aproximadamente quatro cliques em cada um dos quesitos.

O *layout* do portal permite uma fácil localização principais grupos de informação, o que facilita a experiência dos cidadãos. Contudo, alguns dados e funcionalidades básicas não estão disponíveis no portal, como o glossário (P. 31) e os relatórios de pedido de acesso à informação (P. 43).

VII.a.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

As informações orçamentárias sobre saúde, segurança, educação e previdência foram facilmente encontradas com poucos cliques. O portal, no entanto, não apresenta algumas informações importantes e complementares, como a divisão entre despesas de capital e correntes (P.8) e entre repasses e transferências (P.10).

VII.a.iii. Ferramentas de Busca e Acesso à Informação

Embora possua uma ferramenta de busca, o portal não oferece filtros de busca adequados e os resultados são imprecisos.

Já quanto à LAI, o portal possui uma aba de específica contendo informações sobre a legislação e como realizar pedidos de acesso à informação.

VII.a.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ *Layout* simples e direto.
- ✓ Dicionário de dados.
- ✓ Informações altamente atualizadas.

Pontos Negativos:

- ✗ Inexistência de glossário
- ✗ Links quebrados em seções importantes, como a seção de perguntas frequentes da LAI.
- ✗ Ausência de relatórios de pedidos de acesso à informação.
- ✗ Ferramenta de busca sem filtros e com resultados imprecisos.

VII.b. Alagoas

VII.b.i. *Experiência de pesquisa*

No geral, a experiência de pesquisa do portal da transparência é bem simples, sendo possível responder os quesitos em cerca de dois minutos, o que tornou rápida a experiência de pesquisa dos quarenta e quatro quesitos do ranking. Em relação aos cliques existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram utilizados aproximadamente cinco em cada um dos quesitos.

O portal possui uma navegação simples com um *layout* enxuto, o que torna fácil o acesso as principais informações disponíveis, como as receitas, despesas e o orçamento. No entanto, embora seja possível encontrar quase todas as informações exigidas pelo ranking, a forma de divulgação dos dados é um pouco “primitiva”, já que o portal tem uma estrutura antiga e com visuais pouco didáticos.

VII.b.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal da transparência de Alagoas preencheu todos os principais quesitos referentes aos dados essenciais apenas com a utilização de cliques. No entanto, alguns quesitos mais detalhados não foram contemplados, tais como meio de canais para a imprensa (P.41), localização de serviços públicos (P.38) e acesso à legislação local (P.44).

Além disso, ressalta-se que, de modo geral, as informações fornecidas são atualizadas e de fácil acesso, sendo o portal bem intuitivo.

VII.b.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de busca possui filtros dividido por temas, mas eles somente aparecem após a realização da pesquisa. Os resultados obtidos na ferramenta de busca são bem-organizados, sendo simples sua utilização.

O portal fornece explicações gerais sobre a LAI na página do E-SIC e um manual de acesso, o que ajuda na pesquisa de diversos dados básicos. Porém, não há informações mais complexas sobre o acesso à informação.

VII.b.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal:

Pontos positivos:

- ✓ As principais informações básicas e orçamentárias são de fácil acesso;
- ✓ Existência de dicionários de dados e sistema de dados abertos aprimorado;
- ✓ Fornecimento de manual de acesso do portal com detalhes, o que facilita sua utilização pelos usuários.

Pontos negativos:

- ✗ *Layout* mecânico e poluído;
- ✗ Ausência de indicação de local de prestação dos principais serviços públicos;

- × Inexistência de página com a legislação local atualizada.

VII.c.Amapá

VII.c.i. Experiência de pesquisa

Apesar de simples, a experiência de pesquisa no portal de transparência do Amapá foi intuitiva. As categorias são de fácil visualização e a maioria dos quesitos foi respondida em menos de dois minutos. A navegação do portal é simples, contando com diversas opções intuitivas que apoiam um acesso mais simples a determinadas informações, como, por exemplo, ícones de saúde e educação que ficam em destaque na própria tela inicial.

VII.c.ii. Acesso a Dados Essenciais

Quanto ao acesso a informações sobre dados essenciais, o portal da transparência do Amapá preenche todos os quesitos do bloco orçamentário na parte de gastos públicos e contratos, sendo a exceção a divisão entre repasse e transferências. O nível de detalhamento dos dados é coerente e similar para todas as áreas, sendo possível verificar a publicização de pontos mais gerais dos quesitos orçamentários.

VII.c.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

O buscador da página é perceptível logo ao abrir a página e está ligado a ferramenta de pesquisa Google, provendo respostas objetivas e links de acesso aos portais do governo para busca, tais como o DETRAN-AP.

VII.c.iv. Pontos positivos e negativos

Pontos positivos:

- ✓ Facilidade na identificação de informações relevantes;
- ✓ Nível alto de atualização das informações existentes;
- ✓ Intuitividade do portal.

Pontos negativos:

- ✗ Impossibilidade de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos;
- ✗ Falta área destinada à imprensa;
- ✗ Ausência de divisão entre repasse e transferências.

VII.d. Amazonas

VII.d.i. Experiência de pesquisa

A experiência de pesquisa no portal do Amazonas é razoável, sendo de fácil navegação. O tempo de busca é, em média, de 1 minuto e 15 segundos por busca de quesito. Quanto aos cliques, foram utilizado cerca de nove por busca de quesito.

O portal é avaliado como de fácil navegação, mas alguns mecanismos prejudicam a eficiência das pesquisas, tais como a disponibilização de informações em listas extensas e a ausência de filtros de busca para que o usuário possa ter maior eficiência na localização das informações buscadas.

VII.d.ii. Acesso a dados essenciais

Os dados essenciais são expostos com um detalhamento em lista sem divisões de tipo de gasto, o que dificulta a localização de algumas informações devido à extensão da lista.

No entanto, o detalhamento dos dados orçamentários e contratuais é relativamente adequado, exceto quanto a origem dos restos a pagar (P.9.1.1) e a versão assinada dos instrumentos contratuais (P.17.3).

VII.d.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação

O portal possui uma ferramenta de busca básica. No entanto, tal ferramenta não fornece filtros e resultados adequados com os termos selecionados.

O portal não apresenta seções específicas voltadas ao estudo do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), limitando-se a anexar a legislação em uma seção do site. Há, no entanto, dois campos disponíveis para solicitação de informações diretamente com os entes públicos: um na área "Fale Conosco" no site do Governo, e outro na seção "Contato" no site da transparência. Nesta última, são disponibilizadas apenas duas linhas de orientação quanto ao procedimento para realizar pedidos de informação.

VII.d.iv. *Pontos negativos e positivos do portal:*

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* simples e intuitivo;
- ✓ Bom nível de atualização do site.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de informações mais completas sobre a LAI;
- ✗ Inexistência da versão assinada dos contratos firmados com o Poder Público;
- ✗ A ferramenta de busca de busca não é funcional e não apresenta filtros.

VII.e. **Bahia**

VII.e.i. *Experiência de pesquisa*

O site possui um *layout* mais simples e enxuto, o que exige cerca de dois minutos e cinco cliques para responder cada quesito. Essa simplicidade permite que as informações mais simples sejam facilmente identificadas.

Contudo, a experiência de pesquisa se torna complicada ou insuficiente quando se busca informações mais detalhadas, como a identificação da divisão das despesas e receitas pela sua natureza.

VII.e.ii. Acesso a Dados Essenciais

Embora o portal possua os dados principais em despesas e receitas, não há a divisão entre repasse e transferência (P.10) e informações mais detalhadas sobre a origem dos restos a pagar (P.9.1). Por fim, em relação aos editais e contratos, não foram localizados os contratos com sua versão assinada no Portal (P.17.3).

VII.e.iii. Ferramenta de Busca e acesso à informação.

Há uma ferramenta de busca no portal que pode ser acessada a partir do ícone de uma lupa. Contudo, os resultados das pesquisas são desfuncionais e não são fornecidos filtros.

Quanto à utilização da LAI, o portal fornece informações minimantes concretas sobre a legislação e a utilização dos pedidos de acesso à informação.

VII.e.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Positivos:

- ✓ *Layout* simples e direto;
- ✓ Utilização de recursos visuais para a transmissão das informações, como gráficos e tabelas.

Negativos:

- ✗ Sem divisão entre repasses e transferências
- ✗ Ferramenta de busca sem filtros e resultados funcionais;
- ✗ Ausência da versão assinada dos contratos.

VII.f. Ceará

VII.f.i. Experiência de pesquisa

A navegação no portal é relativamente simples, com uma interface interativa. Em média, foram necessários 44 segundos e 3 cliques por busca, valores que indicam uma baixa complexidade de uso e refletem a ausência de grandes obstáculos na navegação.

VII.f.ii. Acesso a dados essenciais

O portal preenche de forma satisfatória todos os quesitos orçamentários e contratuais, o que demonstra sua completude. Inclusive, todos os dados são disponibilizados de forma intuitiva e acessível, resultando em uma simplificação no acesso à informação.

No entanto, o portal exige o fornecimento de *e-mail* para receber documentos, tal como a planilha geral de receitas, o que se configura como uma restrição ao acesso dos dados.

VII.f.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação

O site disponibiliza ferramentas de busca, na forma de filtro simples e automático de pesquisa do termo dentro da subdivisão das partes da página. Avalia-se que o nível de abrangência do filtro não altera muito a experiência de pesquisa.

O site possui na página inicial uma aba com as informações da LAI, com dados gerais da lei, cartilha e mapas interativos. Além disso, dentro dessa seção existe uma opção com iniciativas da sociedade voltada a promoção da transparência e um filtro com principais novidades sobre o tema.

VII.f.iv. *Pontos negativos e positivos do portal:*

Pontos positivos:

- ✓ Portal com alto grau de disponibilização de dados e detalhamento;
- ✓ Seção completa sobre a LAI, com mapas interativos e seção participativa;
- ✓ Existência de uma página para “participação cidadã” com explicação clara sobre o Plano Plurianual (PPA).

Pontos negativos:

- ✗ *Layout* poluído, com muitas opções disponibilizadas de forma pouco organizada;
- ✗ Necessidade de fornecimento de dados pessoais para fornecimento de algumas informações básicas.

VII.g. **Distrito Federal**

VII.g.i. *Experiência de pesquisa.*

A experiência de pesquisa no portal de transparência foi ágil e intuitiva, já que as categorias são de fácil visualização e a maioria foi respondida em menos de dois minutos.

A navegação do portal é simples, pois existem diversas opções intuitivas e destacadas que apoiam um acesso mais simples a determinadas informações, como, por exemplo, destaques temáticos na tela inicial e elementos gráficos.

VII.g.ii. Acesso a Dados Essenciais

O portal preenche quase todos os quesitos do bloco orçamentário na parte de gastos públicos e contratos, sendo a exceção a disponibilização de contratos assinados e os programas e políticas públicas do ente.

De forma geral, o nível de detalhamento dos dados é coerente e similar para todas as áreas, sendo possível verificar a publicização de pontos mais gerais dos quesitos orçamentários.

VII.g.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação.

A ferramenta de pesquisa é bastante simples, tendo apenas um filtro. No entanto, os resultados oferecidos pela ferramenta são diretos e até mesmo demonstram a separação da “trajetória” até esse resultado.

Quanto à LAI, o portal apresenta informações bastante completas, que contemplam pequenos manuais da legislação e tutorial para solicitação de pedidos de acesso.

VII.g.iv. Resumo geral

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* intuitivo e visual, com a utilização de gráficos e mapas logo na página inicial;
- ✓ Portal de dados abertos completo e com diversas opções temáticas.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência da versão assinada dos contratos;
- ✗ Inexistência de seção detalhando as vantagens pessoais de cada servidor público;
- ✗ Inexistência área destinada à imprensa.

VII.h. Espírito Santo

VII.h.i. 1. Experiência de pesquisa

O portal da transparência possui um *layout* organizado e intuitivo. O tempo de pesquisa dos quesitos ficou abaixo de 3 minutos em todos os registros, tendo poucos ficado acima de 1 minuto, o que representa a facilidade de pesquisa dos pontos suscitados.

O portal é organizado, contando com uma divisão entre áreas de informações que, além de funcionais quanto a disposição, são também visualmente fáceis de identificar, entender e utilizar. Ademais, o portal utiliza de diversos recursos gráficos para facilitar a compreensão do conteúdo.

VII.h.ii. Acesso a Dados Essenciais

O portal de transparência foi muito satisfatório ao acesso de todas as informações necessárias. Desde os dados essenciais, como gastos com saúde, educação, segurança pública, assim como o detalhamento do uso do orçamento do estado com dívida, despesa, transferências e afins.

Da mesma forma, o site atende às demandas por dados referentes a contratações e licitações, dispondo de uma aba específica de "compras". Nessa seção, foi possível acessar os documentos relacionados às contratações realizadas pelo Estado.

Contudo, o portal não apresenta de forma completa as informações sobre a dívida pública (P.9) e as vantagens pessoais dos servidores (P. 34).

VII.h.iii. Ferramenta de Busca e acesso à informação

A ferramenta de busca é parcialmente funcional e conta com o uso de filtros. Há, ainda, a indicação de exemplos para facilitar a busca na página inicial do portal.

Em relação ao acesso à informação, o portal apresenta diversas informações sobre a LAI e os procedimentos envolvidos (como cartilha e tutoriais), o que demonstra um esforço para difundir a cultura da transparência administrativa.

VII.h.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal:

Positivos:

- ✓ Layout agradável e funcional;
- ✓ Informações de fácil acesso a partir de um menu interativo;
- ✓ Existência de campos de informação com orientações aos usuários sobre a pesquisa.

Negativos:

- ✗ Ausência de informações completas sobre a dívida pública;
- ✗ Inexistência de campo contendo as informações sobre vantagens pessoais dos servidores públicos;
- ✗ Sem área específica para os profissionais de imprensa.

VII.i. Goiás

VII.i.i. Experiência de Pesquisa

A experiência de pesquisa no portal da transparência de Goiás é simples e ágil, sendo possível responder os quesitos com um tempo médio de até dois minutos, demonstrando que o *layout* organizado contribui para o acesso dos cidadãos. Em relação aos cliques existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram utilizados em média aproximadamente três por quesito.

O *layout* do portal permite uma fácil localização dos mecanismos de interação com o usuário e dos tópicos principais, existindo alto grau de acessibilidade e

direcionamento da pesquisa. Contudo, algumas informações não estão dispostas no portal, como seções específicas para a imprensa e órgãos de controle.

VII.i.ii. Acesso a Dados Essenciais

O portal atendeu a todos os principais requisitos referentes aos dados essenciais com facilidade de acesso, exceto no que se refere ao balanço orçamentário atualizado.

Destaca-se que o portal apresenta um alto grau de detalhamento das informações, abrangendo desde o acompanhamento das pastas de Educação, Saúde e Obras Públicas até os Indicadores Socioeconômicos.

VII.i.iii. Ferramenta de Busca e acesso à informação

A ferramenta de busca é útil e possui filtros de pesquisa temáticos, tendo uma seção destinada para explicar seu funcionamento.

Quanto à utilização da LAI, o portal fornece um link para acesso ao seu conteúdo e regulamentação. Contudo, não há informações mais complexas sobre seu uso e importância (como cartilha, manuais, etc.).

VII.i.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal:

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* limpo e com boas opções de acessibilidade;
- ✓ Alto grau de acessibilidade e especificação das informações;

- ✓ Ferramenta de busca com filtro temático.

Pontos negativos:

- ✗ Existência de dados incompletos, como no balanço orçamentário;
- ✗ Falta de explicação sobre órgãos de controle ou seção destinada à imprensa;
- ✗ Ausência de informações mais completas sobre a LAI.

VII.j. Governo Federal

VII.j.i. Experiência de pesquisa

O portal possui um *layout* intuitivo e completo, fornecendo diversas opções de forma simples e organizada. No geral, cada quesito levou menos de dois minutos para ser respondido, o que demonstra a facilidade na navegação do portal.

Todavia, embora seja um modelo para os demais entes federados, o portal não preencheu alguns quesitos relevantes e simples, pois não foram fornecidos de forma direta os editais e contratos firmados pelo Poder Público (P.17.1), muito menos a versão assinada destes instrumentos contratuais (P. 17.3).

VII.j.ii. Acesso a dados essenciais

O portal preencheu a extensa maioria dos quesitos orçamentários e referentes aos contratos públicos, sendo uma exceção os dados referentes ao fornecimento dos editais e minutas contratuais.

Ressalta-se, inclusive, que o portal fornece uma gama de informações adicionais e utiliza muito de recursos visuais para o fornecimento de diversos dados essenciais, o que torna o site bastante acessível aos usuários.

VII.j.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

A ferramenta de busca do portal é bastante completa e ágil, fornecendo resultados inteligentes e diretamente relacionados aos termos pesquisados. Além disso, a ferramenta possui diversos filtros que tornam a pesquisa mais simples e rápida.

Já quanto a LAI, o portal da transparência disponibiliza diversas informações gerais sobre a legislação, explicando de forma didática sua aplicação, inclusive no que se refere aos pedidos de acesso à informação. Dessa forma, o portal estimula o uso da LAI e promove sua utilização de maneira ampla, servindo objetivamente como exemplo para os demais portais nesse aspecto.

VII.j.iv. Pontos positivos e negativos do portal

Pontos positivos:

- ✓ Fornecimento de diversas informações adicionais e importantes;
- ✓ Utilização de ferramentas visuais em diversos dados essenciais;
- ✓ Ferramenta de busca inteligente e com muitos filtros;
- ✓ *Layout* bastante intuitivo e completo.

Pontos negativos:

- × Ausência de fornecimento de editais e contratos, inclusive a versão assinada dos instrumentos contratuais;
- × Inexistência de área específica para a imprensa.

VII.k. Maranhão

VII.k.i. Experiência de pesquisa

O portal possui um *layout* visualmente agradável e bem-organizado, sendo necessário aproximadamente quatro cliques e cerca de quarenta segundos para responder cada quesito. Contudo, o portal não apresenta algumas funcionalidades básicas e importantes, como o glossário (P.31).

VII.k.ii. Acesso a dados essenciais

O site apresenta, em destaque, informações detalhadas sobre os gastos com despesas e receitas. No bloco orçamentário, contudo, o portal não permite separar despesas por categoria econômica (corrente e capital), nem transferências de repasses (apesar de ter uma seção para a primeira).

Além disso, embora possua diversas informações sobre contratações públicas, o portal não disponibiliza a versão assinada dos contratos (P. 17.3).

VII.k.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação

O portal possui uma ferramenta de busca com resultados razoavelmente funcionais e filtros de relevância e período.

Embora o site não possua uma seção específica sobre o funcionamento da LAI, no E-SIC é disponibilizado um manual do usuário com orientações para a realização de pedidos de informação, além de relatórios sobre o cumprimento da LAI e dados estatísticos dos pedidos.

VII.k.iv. Pontos positivos e negativos

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* esteticamente agradável e colorido;
- ✓ Existência de dicionário de dados bastante funcional;
- ✓ Utilização de elementos visuais que facilitam o acesso à informação.

Pontos negativos:

- ✗ Não disponibilização de glossário;
- ✗ Ausência de separação de despesas correntes e de capital;
- ✗ Sem versão assinada dos contratos;
- ✗ Inexistência de explicações completas sobre a LAI.

VII.1. Mato Grosso

VII.1.i. Experiência de pesquisa

O portal apresenta uma navegação padrão, sendo necessário, em média, cerca de dois minutos e seis cliques para o preenchimento de cada um dos quesitos.

No entanto, o site não apresenta diversas informações e funcionalidades básicas que comprometem a experiência de pesquisa, tais como o orçamento dos últimos cinco anos (P.12) e glossário (P.31).

VII.1.ii. Acesso a dados essenciais

De uma forma geral, o portal apresenta diversos dados básicos importantes, como as receitas e despesas dos entes. No entanto, o portal também apresenta diversas ausências significativas, como o orçamento dos últimos cinco anos (P.12), divulgação de políticas públicas (P.15) e locais de prestação de serviços públicos (P.38).

VII.1.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação

O site disponibiliza filtros de busca de nível geral, o que ajuda positivamente na experiência de pesquisa.

Quanto à LAI, o portal não apresenta sequer informações básicas, não sendo sequer possível identificar dados concretos a partir da ferramenta de busca.

VII.l.iv. Pontos negativos e positivos do portal:

Pontos positivos:

- ✓ Navegação simples e intuitiva;
- ✓ Existência de uma seção de controle social, com lista de audiências públicas para a participação da população.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de glossário;
- ✗ Inexistência de orçamento dos últimos cinco anos;
- ✗ Limitação quanto às informações atreladas aos serviços públicos e programas do ente;
- ✗ Falta de dados concretos quanto à LAI.

VII.m. Mato Grosso do Sul

VII.m.i. Experiência de Pesquisa

O portal possui um *layout* simples, o que permitiu o preenchimento dos quesitos em até dois minutos e com cerca de cinco cliques. No entanto, embora tenha um menu com muitas opções, o portal não apresenta diversas informações relevantes, como glossário (P.31), divulgação de políticas públicas (P.15) e acompanhamento de projetos (P.18).

VII.m.ii. Acesso a Dados Essenciais

As informações sobre saúde, segurança, educação e previdência foram encontradas de forma bastante simples. No entanto, diversas informações essenciais não são apresentadas, sendo um destaque negativo a ausência de divulgação dos orçamentos dos últimos cinco anos (P. 12) e não indicação de vantagens pessoais dos servidores públicos (P.34).

VII.m.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

O portal possui ferramenta de busca e oferece filtros específicos com boa abrangência, o que facilita a pesquisa dos cidadãos.

Em relação à LAI, o portal sequer apresenta informações básicas, inexistindo cartilhas, manuais ou dados mais concretos sobre o acesso à informação.

VII.m.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ Navegação intuitiva e organizada;
- ✓ Filtros eficientes para a pesquisa.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de glossário;
- ✗ Sem indicação de políticas públicas e projetos do ente público;
- ✗ Inexistência de FAQ;
- ✗ Falta de estudos sobre o cumprimento da LAI.

VII.n. Minas Gerais

VII.n.i. *Experiência de pesquisa*

No geral, a experiência de pesquisa do portal da transparência é intuitiva, sendo possível responder os quesitos em menos de três minutos. Em relação aos cliques, existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram utilizados aproximadamente seis para cada um dos quesitos.

O portal possui um *layout* interativo e organizado, contendo as principais informações logo na sua página inicial, o que facilita o acesso aos dados mais gerais. No entanto, o portal é muito compartimentado e mecânico, evitando que a experiência de pesquisa seja mais rápida.

VII.n.ii. *Acesso a dados essenciais*

O portal da transparência de Minas Gerais preencheu de forma adequada todos os principais quesitos referentes aos dados essenciais apenas com a utilização de cliques. No entanto, alguns quesitos mais detalhados não foram contemplados, como meio de canais para a imprensa (P.41), localização de serviços públicos (P.38) e versão assinada de contratos firmados pelo Poder Público (P.17.3).

VII.n.iii. *Ferramenta de busca e acesso à informação*

A ferramenta de pesquisa de busca possui um filtro de relevância e outro por tipo de resultado, o que facilita a pesquisa do cidadão com respostas mais específicas.

Quanto à utilização da LAI, o portal fornece um link para acesso ao seu conteúdo e explica como realizar os pedidos de acesso à informação. Na aba do E-SIC também são fornecidas informações sobre a legislação, como um manual didático.

VII.n.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal:

Pontos positivos:

- ✓ Aba de “transparência temática”, que facilita o acesso de informações objetivas em diversas áreas;
- ✓ Disponibilidade de informações mais completas sobre o acesso à informação e a LAI;
- ✓ Ferramenta de busca com dois filtros úteis.

Pontos negativos:

- ✗ Inexistência da versão assinada de contratos firmados pelo Poder Público;
- ✗ Ausência de aba específica volta aos profissionais da imprensa.

VII.o. Pará

VII.o.i. Experiência de Pesquisa

O portal apresenta uma navegação padrão e útil, com cada quesito respondido em cerca de um minuto e dois cliques por quesito.

Contudo, o site não disponibiliza diversas informações e funcionalidades básicas, como, por exemplo, a gravação de relatórios em diversos formatos (P. 23).

VII.o.ii. Acesso a Dados Essenciais

As informações orçamentárias e de despesas referentes a áreas como saúde, segurança, educação e previdência encontram-se organizadas de forma clara e acessível.

O portal, no entanto, não apresenta informações importantes, como divulgação de programas e políticas públicas (P.15), origem dos restos a pagar (P.9.1.1) e versão assinada dos contratos (P.17.3).

VII.o.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

O portal apresenta uma ferramenta de busca simples e com filtros básicos. Contudo, tal ferramenta não produz resultados próximos aos termos pesquisados.

Quanto à LAI, o portal não apresenta informações detalhadas sobre a legislação, o que demonstra uma ausência de conteúdo. No entanto, há seção do E-SIC com a divulgação de como apresentar pedidos de acesso à informação.

VII.o.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos Positivos:

- ✓ *Layout simples e limpo;*

- ✓ Existência de áreas temáticas logo na página inicial do portal.

Pontos Negativos:

- ✗ Sem possibilidade de gravar relatórios em diversos formatos;
- ✗ Inexistência de divulgação de programas e políticas públicas;
- ✗ Ausência de indicação da origem dos restos a pagar.

VII.p. Paraíba

VII.p.i. *Experiência de pesquisa*

O portal apresenta um *layout* organizado intuitivo, o que facilita a navegação e acessibilidade. Dessa forma, foram necessários, em média, apenas 50 segundos e seis cliques por quesito.

Contudo, o portal não apresenta o mesmo nível de detalhamento na seção de procedimentos licitatórios, a qual sequer divulga os documentos relacionados a cada edital e contrato.

VII.p.ii. *Acesso a dados essenciais*

Foi possível localizar as informações referentes a gastos com dados essenciais sem grandes dificuldades (foram utilizados poucos cliques, em poucos segundos de busca). Além disso, é possível identificar os programas específicos em que os valores foram aplicados, bem como selecionar períodos isolados para análise do gasto.

Todavia, algumas informações relevantes não foram identificadas, como as atreladas aos documentos do procedimento licitatório (P.17), identificação de vantagens pessoais dos servidores (P.34) e locais para prestação de serviços públicos (P.38).

VII.p.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação

A ferramenta de busca é funcional e apresenta filtros úteis, o que ajuda bastante no acesso do portal.

No tocante à LAI, existe uma seção específica e completa para estudar o cumprimento da lei e guiar sua utilização. Inclusive, o portal também apresenta a transparência dos demais órgãos, o que facilita o controle dos cidadãos.

VII.p.iv. Pontos negativos e positivos do portal

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* intuitivo e de fácil navegação;
- ✓ Alto grau de detalhamento das informações disponibilizadas;
- ✓ Existência de uma seção específica com a transparência dos demais poderes.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de informações sobre resultados dos procedimentos licitatórios e contratos subsequentes;
- ✗ Não divulgação das vantagens de todos os servidores públicos;

- × Inexistência de indicação dos locais de prestação de serviços públicos.

VII.q. Paraná

VII.q.i. *Experiência de Pesquisa*

A navegação do portal é organizada e intuitiva, permitindo que a maioria dos quesitos seja localizada em até dois minutos, com uma média de dez cliques por quesito.

Além disso, o *layout* do portal é visualmente agradável e completo, o que facilita a identificação de informações simples e complexas por meio de um menu interativo na página inicial.

VII.q.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal quase gabaritou os quesitos do ranking, existindo todos os dados essenciais exigidos pelas legislações de forma simples. Todavia, o portal não preencheu alguns quesitos complementares, como o fornecimento aplicativo para smartphone (P.21) e área específica para os profissionais de imprensa (P.41).

VII.q.iii. *Ferramentas de Busca e acesso à informação*

O portal possui uma ferramenta de busca útil e oferece filtros de busca específicos, o que ajuda bastante na pesquisa dos cidadãos.

Em relação à LAI, o portal disponibiliza informações razoavelmente completas sobre a legislação e oferece uma cartilha com orientações sobre os procedimentos para solicitação de acesso à informação. Além disso, o portal conta com uma seção denominada "transparência temática", que se mostra bastante útil para sintetizar diversos dados essenciais.

VII.q.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ *Layout* organizado e bastante intuitivo;
- ✓ Utilização de recursos visuais para a transmissão de grande parte das informações;
- ✓ Fornecimento de uma área de “transparência temática”;
- ✓ Informações completas e didáticas sobre a LAI.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de aplicativo para smartphones;
- ✗ Sem área específica para profissionais da imprensa.

VII.r.Pernambuco

VII.r.i.Experiência de pesquisa

A experiência de pesquisa no portal de transparência de Pernambuco foi simples e intuitiva, já que o portal é bem-organizado, sendo possível o acesso através de

poucos cliques. Isso está refletido no fato de a maioria dos quesitos terem sido localizados em até dois minutos e sete cliques.

VII.r.ii. Acesso a Dados Essenciais

Quanto ao acesso a informações sobre dados essenciais, o portal da transparência preenche quase todos os quesitos do bloco orçamentário na parte de gastos públicos e contratos, sendo a exceção a versão assinada dos contratos firmados (P.17.3) e divulgação de políticas públicas (P.18).

O nível de detalhamento dos dados é coerente e similar para todas as áreas, sendo possível verificar a publicização de pontos mais gerais dos quesitos orçamentários.

VII.r.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de pesquisa é simples, tendo apenas um filtro para buscas por palavras. No entanto, os resultados oferecidos pela ferramenta são diretos e até mesmo demonstram a separação da “trajetória” até esse resultado (o caminho entre o início do portal e a localização da informação).

Quanto à LAI, o portal se mostrou insuficiente, já que não fornece uma explicação mínima sobre a legislação, tampouco disponibiliza manuais ou cartilhas para detalhar seus procedimentos.

VII.r.iv. Por fim, cabe destacar os seguintes pontos sobre o portal:

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* agradável e completo que facilita o acesso das informações;
- ✓ Existência de uma seção denominada “gestão governamental” que sintetiza diversas informações sobre serviços geridos pelo ente.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência das minutas assinadas dos contratos firmados pelo Poder Público;
- ✗ Inexistência de dados mais concretos sobre o uso da LAI e os procedimentos de pedidos de informação.

VII.s.Piauí

VII.s.i. Experiência de pesquisa

No geral, o portal apresenta um *layout* simples, tendo uma média de quase três minutos e seis cliques para preenchimento de cada quesito. Contudo, o portal é um pouco desorganizado e confuso, sendo complicada a navegação e pesquisa de aspectos mais específicos.

Além disso, o portal não apresenta algumas informações relevantes, como uma página de dados abertos funcional (P. 1.1), registro de estrutura organizacional (P. 16), ferramenta de pesquisa (P.20) e divulgação de dados gerais de programas/serviços (P. 18).

VII.s.ii. Acesso a dados essenciais

O portal atendeu à maioria dos quesitos orçamentários e relativos aos contratos públicos, exceto pela divisão entre repasses e transferências (p. 10). No entanto, como mencionado anteriormente, o portal deixou de fornecer alguns dados básicos essenciais para a acessibilidade dos cidadãos, como, por exemplo, uma página funcional de dados abertos.

VII.s.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

O portal não apresenta ferramenta de busca, o que dificulta a pesquisa de informações específicas e o acesso dos usuários.

Já quanto a LAI, o portal da transparência apresenta informações gerais sobre a legislação e explica as formas de pedido de acesso à informação, fornecendo ao usuário uma base de utilização consistente.

VII.s.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ Informações consistentes sobre a LAI;
- ✓ Gráficos interativos e visuais para despesas e receitas.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de ferramenta de pesquisa;

- × Página de dados abertos não funcional;
- × *Layout* confuso e desorganizado;
- × Ausência de estrutura organizacional do estado.

VII.t. Rio Grande do Norte

VII.t.i. Experiência de pesquisa

De forma geral, a experiência de pesquisa foi simples, sendo necessário cerca de dois minutos e sete cliques para identificar a maioria dos quesitos.

Contudo, o portal é lacunoso, eis que, apesar de a maior parte dos quesitos terem sido localizados rapidamente, uma quantidade considerável deles extrapolou o tempo razoável ou sequer foram identificados utilizando os buscadores.

VII.t.ii. Acesso a dados essenciais

No que diz respeito ao acesso a informações sobre gastos com serviços básicos, o site disponibiliza dados detalhados sobre saúde, segurança, educação e previdência, destacando-se pela rápida localização e pelo nível de detalhamento. Contudo, o portal não oferece informações sobre diversos aspectos importantes, como a dívida pública e a remuneração dos servidores públicos.

Em relação a contratos e licitações, o portal divulga informações sobre os procedimentos licitatórios por meio da aba "Portal de Compras". O site, no entanto, não disponibiliza as versões assinadas dos contratos.

VII.t.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação

O portal possui uma ferramenta de busca sem nenhum filtro de pesquisa. Contudo, possui outros recursos que facilitam a busca pelo usuário, como um dicionário de dados.

Em relação à LAI, o portal se limita a indicá-la, juntamente com a Lei Estadual e o decreto de regulamentação, sem fornecer informações adicionais. No entanto, há uma página específica sobre o procedimento de solicitação, que pode ser acessada rapidamente.

VII.t.iv. Pontos positivos e negativos

Pontos positivos:

- ✓ Informações detalhadas sobre serviços básicos,
- ✓ Existência de dicionário de dados;
- ✓ Fornecimento de seção específica para a imprensa.

Pontos negativos:

- ✗ Existência de informações desatualizadas
- ✗ Ausência de lista de remuneração de servidores;
- ✗ Sem indicação de informações sobre a dívida pública,
- ✗ Inexistência de filtros de pesquisa;

VII.u. Rio Grande do Sul

VII.u.i. *Experiência de pesquisa*

A experiência de pesquisa no portal é simples, sendo possível responder os quesitos em cerca de dois minutos, demonstrando que o *layout* é direto. Em relação aos cliques, existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram utilizados aproximadamente cinco por quesito.

Contudo, não foi possível obter diversas informações relevantes, tais como tratamento da execução orçamentária (P.3) e o FAQ (P.19).

VII.u.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

Embora tenha apresentado a maioria dos dados essenciais, o portal se mostrou lacunoso no tratamento da questão orçamentária, inexistindo divisão entre repasses e transferências (P.10), lista integrada com indicação de vantagens pessoais dos servidores (P.43), informações incompletas sobre a dívida pública (P.9.1) e indicação de locais para prestação de serviços públicos (P.38).

VII.u.iii. *Ferramenta de Busca e acesso à informação*

O site não possui ferramenta de busca, o que é um ponto negativo bastante significativo para a acessibilidade dos cidadãos.

Sobre a LAI, o portal apresenta indicação de como realizar pedidos de acesso à informação. Contudo, a legislação não é devidamente explicada pelo portal, inexistindo um tratamento mais completo sobre o tema.

VII.u.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Positivos:

- ✓ Objetividade das informações fornecidas;
- ✓ Existência de aplicativo, o “Pila RS”.

Negativos:

- ✗ Ausência de tratamento orçamentário
- ✗ Inexistência de FAQ;
- ✗ Sem dados completos sobre a dívida pública;
- ✗ Ausência de ferramenta de busca.

VII.v. Rondônia

VII.v.i. Experiência de pesquisa

O portal possui um *layout* claro, simples e intuitivo, contendo todas as informações básicas de forma organizada na página inicial. De uma forma geral, cada quesito levou cerca de dois minutos e quatro cliques, o que demonstra uma facilidade na navegação dos usuários.

No entanto, o portal não preencheu alguns quesitos mais específicos, como a existência de indicação de locais com prestação de serviços públicos (P. 38), filtros para pesquisa (P. 32) e área específica para a imprensa (P. 41).

VII.v.ii. Acesso a dados essenciais

O portal preencheu todos os quesitos orçamentários e referentes aos contratos públicos, inexistindo ausências nesses aspectos. Isso demonstra que o portal é bastante completo e atende de forma satisfatória o acesso a dados essenciais.

VII.v.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

O portal possui uma ferramenta de busca básica que apresenta informações condizentes com as palavras inseridas. Contudo, a ferramenta não possui nenhum filtro aplicável, o que prejudica o acesso mais ágil às informações específicas.

Já quanto a LAI, o portal da transparência apresenta informações gerais sobre a utilização da legislação e possui um relatório completo sobre a solicitação de informações no E-SIC. Esses aspectos, conjuntamente com a existência de relatórios do Comitê de Transparência, demonstram uma preocupação do portal com o fomento do acesso à informação.

VII.v.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ Portal simples e intuitivo;
- ✓ Existência de um menu de transparência temática com informações completas;
- ✓ Apresentação de informações organizadas sobre a LAI, contendo até mesmo relatórios periódicos de um Comitê de Transparência.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de filtros na ferramenta de busca;
- ✗ Inexistência de indicação de locais de prestação de serviços públicos;
- ✗ Ausência de área específica para os profissionais da imprensa.

VII.w. Roraima

VII.w.i. *Experiência de Pesquisa*

No geral, a experiência de pesquisa do portal é objetiva e enxuta, sendo possível responder os quesitos em menos de três minutos e com aproximadamente seis cliques.

O portal possui um *layout* desorganizado e poluído, sendo complicado identificar de maneira rápida as principais informações em sua página inicial. No entanto, o site apresenta um bloco de opções no canto superior da tela que ajuda na busca de dados mais simples, bem como fornece uma assistente virtual chamada “Aruana” para responder questões básicas.

VII.w.ii. Acesso a Dados Essenciais

As informações sobre saúde, segurança, educação e previdência foram facilmente encontradas. No entanto, embora as questões orçamentárias sejam bem alinhadas, o portal não apresenta a versão assinada dos contratos firmados pelo Poder Público (P.17.3), indicação de locais de prestação de serviços públicos (P.38) e relatórios estáticos de pedidos de acesso à informação (P.43).

VII.w.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

O portal apresenta uma ferramenta de busca com filtros específicos que auxiliam na pesquisa.

Em relação à LAI, o portal disponibiliza um tutorial sobre a legislação e sua aplicação, especialmente para o protocolo de pedidos de acesso à informação.

VII.w.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ Utilização de recursos gráficos para divulgação das informações;
- ✓ Fornecimento de uma assistente virtual chamada “Aruana” para o apoio de dúvidas sobre o portal.

Pontos Negativos:

- ✗ *Layout* confuso e poluído;
- ✗ Ausência de indicação de locais para prestação de serviços públicos;
- ✗ Sem fornecimento da versão assinada dos contratos;

- × Inexistência de relatórios estatísticos de pedidos de acesso à informação.

VII.x. Santa Catarina

VII.x.i. *Experiência de pesquisa*

A experiência do usuário é bastante positiva, sendo possível responder os quesitos em cerca de um minuto e com uma média de quatro cliques. De maneira geral, o portal é bem-organizado e oferece ferramentas de acessibilidade, como ajuste do tamanho do texto, alto contraste e leitores de tela, disponibilizando uma variedade e quantidade de dados inteligíveis e pesquisáveis.

O portal é interativo e intuitivo, com uma navegação fluida, graças a inúmeros abas e ícones linkados, sendo uma exceção as poucas informações que não foram localizadas.

VII.x.ii. *Acesso a dados essenciais*

O site apresenta informações detalhadas dos dados orçamentários e das contratações pública, sendo de simples identificação a grande maioria gastos públicos com serviços básicos, tais como saúde, segurança, educação e previdência.

No entanto, o portal não apresenta glossário (P.31), divulgação das vantagens pessoais dos servidores públicos (P.34) e indicação de locais para prestação de serviços públicos (P.38).

VII.x.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

O portal fornece uma ferramenta de busca com resultados funcionais. No entanto, não há disponibilização de filtros pesquisa, desde os gerais aos mais específicos.

Em relação ao acesso à informação, o site disponibiliza um Relatório Estatístico Anual dos Pedidos de Informação e um manual com os critérios correspondentes. No entanto, não há explicações mais detalhadas sobre o uso da LAI, limitando-se apenas às informações presentes no manual mencionado.

VII.x.iv. Positivos e negativos

Pontos positivos:

- ✓ Navegação interativa e intuitiva;
- ✓ Utilização de recursos gráficos e visuais para divulgação da informação;
- ✓ Grande grau de detalhamento das informações fornecidas.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de glossário;
- ✗ Falta de explicação mais completa sobre a LAI;
- ✗ Sem indicação de locais para a prestação de serviços públicos.

VII.y. São Paulo

VII.y.i. *Experiência de pesquisa*

A experiência de pesquisa é positiva, já que o site é bem-organizado e de fácil compreensão do usuário, tendo um *layout* simples e objetivo. De uma forma geral, o portal apresentou o tempo médio de 30 segundos e 6 cliques por resposta, tendo os dados orçamentários ocupado a maior parte dos cliques totais por ter uma navegação menos intuitiva.

Entretanto, apesar de possuir página de dados abertos, o portal não disponibiliza, informações relevantes sobre atendimento aos órgãos de forma clara, o que limita a navegação do usuário.

VII.y.ii. *Acesso a dados essenciais*

Embora o portal disponibilize a grande maioria dos dados orçamentários e contratuais, o nível de detalhamento das informações fornecidas é limitado, impedindo a localização de detalhes importantes.

Nesse sentido, destaca-se que o portal não apresenta a indicação completa das despesas, não fornece dados sobre restos a pagar (P.9.1.1) e não disponibiliza as versões assinadas dos contratos com o Poder Público (P.17.3).

VII.y.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação.

O portal apresenta uma ferramenta de busca vinculada ao google e sem filtros de pesquisa.

Em relação à LAI, o portal oferece uma Cartilha de Acesso à Informação, além de várias outras informações sobre a legislação. No E-SIC, o site disponibiliza relatórios estatísticos sobre os pedidos formulados no Sistema Integrado de Informações ao Cidadão.

VII.y.iv. Pontos positivos e negativos

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* simples e organizado;
- ✓ Disponibilização e uma carta de serviços detalhada;
- ✓ Existência de grande detalhamento sobre a LAI e pedidos de informação.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de informações detalhadas sobre gastos públicos;
- ✗ Sem não disponibilização da versão assinada dos contratos;
- ✗ Inexistência de filtros de pesquisa na ferramenta de busca;

VII.z. Sergipe

VII.z.i. *Experiência de pesquisa*

O portal tem uma interface inicial limpa e simples, sendo necessário, em média, cerca de dois minutos e cinco cliques para responder cada quesito. Entretanto, o site não fornece diversas informações relevantes (simples e complexas), o que limita de forma significativa a experiência de pesquisa e a acessibilidade.

VII.z.ii. *Acesso a dados essenciais*

Diversas informações sobre dados essenciais foram localizadas dentro da pesquisa pelo órgão da respectiva secretaria do Estado (secretaria da educação, secretaria da saúde e secretaria da segurança) ou pelo portal de licitações.

Contudo, o portal possui alguns vácuos informações, o que envolve, por exemplo, a ausência de tratamento dos principais dados, indicação de gastos com previdência, divisão entre o tipo de despesas e disponibilização de vantagens pessoais dos servidores públicos.

VII.z.iii. *Ferramentas de busca e acesso à informação*

O portal possui uma ferramenta de busca básica, a qual contém filtros gerais com classificação por data ou por relevância do objeto de busca.

Quanto à LAI, o portal simplesmente não fornece nenhuma informação concreta acerca da legislação, tampouco explicação sobre seus procedimentos.

VII.z.iv. *Pontos negativos e positivos do portal*

Pontos positivos:

- ✓ Completude nos dados sobre os procedimentos licitatórios, inclusive com instrumentos contratuais assinados;
- ✓ Indicação de página dos órgãos de controle ao final da página inicial.

Pontos negativos:

- ✗ Sem tratamento de informações principais de forma clara e intuitiva;
- ✗ Ausência de dados básicos importantes, como os gastos com previdência;
- ✗ Pouco detalhamento das informações fornecidas, sobretudo as mais complexas;
- ✗ Inexistência de informações básicas e concretas sobre a LAI.

VII.aa. **Tocantins**

VII.aa.i. *Experiência de pesquisa*

No geral, o portal apresenta um *layout* simples e com um menu principal objetivo, o que facilita o acesso às informações mais básicas (como despesas, por exemplo), tendo uma média de dois minutos e seis cliques para preenchimento de cada quesito.

Todavia, o portal não preencheu diversos quesitos importantes, como a existência de página de dados abertos (P. 1.1), balanço dos últimos cinco anos (P. 11) e E-SIC para registro de pedidos de acesso à informação online de forma unificada (P. 37).

VII.aa.ii. Acesso a dados essenciais

O portal preencheu de forma satisfatória quesitos com dados essenciais relevantes, como os referentes às despesas, receitas e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ocorre que, como supracitado, o portal não forneceu um E-SIC unificado e o balanço orçamentário dos últimos cinco anos, o que prejudica o acesso às informações imprescindíveis para a completude do portal do ponto de vista orçamentário e funcional.

VII.aa.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

O portal dispõe de uma ferramenta de busca básica que exhibe apenas informações diretamente relacionadas aos termos pesquisados, sem oferecer uma aba de resultados com informações relacionadas. Além disso, a ferramenta não possui filtros aplicáveis, o que dificulta o acesso mais ágil às informações específicas.

Em relação à LAI, o portal da transparência se limita a fornecer um link para a legislação e alguns relatórios sobre solicitações de informação. Não há informações completas ou explicações sobre os procedimentos, como cartilhas, vídeos e manuais. Assim, o portal se mostra insuficiente para estimular o estudo e a divulgação da LAI, tanto de forma simples quanto concreta.

VII.aa.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ Facilidade para obtenção de informações referentes as despesas e receitas;
- ✓ Existência de diversos gráficos e informações visuais;

Pontos negativos:

- × Ausência de E-SIC unificado;
- × Inexistência de balanço orçamentários dos últimos cinco anos;
- × Falta de não fornecimento de qualquer informação sobre a LAI, seja de forma simples ou mais completa;
- × Ausência de página de dados abertos.

VII.bb. Rio de Janeiro

VII.bb.i. *Experiência de pesquisa*

A navegação do portal é confusa e mecânica, sendo necessário quase três minutos e oito cliques para responder cada um dos quesitos.

De uma forma geral, a experiência de pesquisa não é simples, sendo exigido esforço adicional até mesmo para a identificação de informações básicas, tais como os gastos com saúde e educação.

VII.bb.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal apresenta diversas informações essenciais, embora seja complexo identificar dados simples, como as despesas em saúde e educação e as remunerações dos servidores públicos. Além disso, o portal não permite o *download* de todos os documentos possíveis, o que limita a acessibilidade de dados simples e complexos.

VII.bb.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

O site possui uma ferramenta de busca pouco funcional e sem nenhum filtro, restringindo a possibilidade de pesquisas mais complexas dos usuários.

Quanto à LAI, o portal fornece alguns dados básicos da legislação, sendo disponibilizado até mesmo um manual básico no E-SIC. No entanto, o portal não indica dados mais completos sobre a legislação e seus procedimentos.

VII.bb.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos positivos:

- ✓ Disponibilização de diversos telefones úteis de forma simples, incluindo um “disque rio contra a corrupção”;
- ✓ Existência de programa de integridade linkado ao portal.

Pontos negativos:

- ✗ Disponibilização de informações relevantes de forma confusa, tal como dados sobre despesas com saúde e educação;
- ✗ Ausência de indicação concreta da remuneração nominal e detalhada dos servidores públicos;
- ✗ Impossibilidade de *download* de todos os documentos e tabelas disponibilizados na página do portal.

VIII. Análise do ranking das Capitais

VIII.a. Aracaju

VIII.a.i. *Experiência de pesquisa*

O portal apresenta um *layout* simples e mecânico, sendo possível responder cada um dos quesitos em cerca de dois minutos e oito cliques. A experiência de pesquisa é bastante regular, sendo fácil identificar as informações principais apenas com a página inicial.

No entanto, o site não apresenta informações e funcionalidades importantes, como a divulgação de dados gerais sobre programas e ações (P.18), glossário (P.31) e indicação de locais de prestação de serviços públicos (P.38).

VIII.a.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal disponibiliza informações completas sobre despesas, receitas, contratos públicos e orçamento. Contudo, carece de maior detalhamento em certos aspectos, como a ausência de dados específicos e individualizados para gastos com segurança pública (P.6.1), o que dificulta uma análise aprofundada e acessível de despesas setoriais.

VIII.a.iii. *Ferramenta de Busca e acesso à informação*

O site disponibiliza uma ferramenta de busca funcional, porém sem filtros de pesquisa.

Quanto à LAI, o portal fornece informações mínimas sobre a legislação, inexistindo cartilhas, manuais ou informações mais completas sobre seus procedimentos de acesso à informação.

VIII.a.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ Disponibilização de páginas de transparência individual para entidades da Administração Indireta;
- ✓ Tratamento de informações principais na página inicial do portal.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de dados gerais sobre programas e ações;
- ✗ Inexistência de glossário;
- ✗ Sem grande detalhamento de algumas informações essenciais.

VIII.b. Belém

VIII.b.i. Experiência de pesquisa.

O portal da transparência apresenta um *layout* simples e enxuto, sendo necessário quase três minutos e dez cliques para responder cada um dos quesitos. No entanto, o site não apresenta diversas informações e funcionalidades relevantes, como, por exemplo, divisão entre os tipos de despesas (P.8), perguntas mais frequentes (P.19) e glossário (P.31).

VIII.b.ii. Acesso a Dados Essenciais

O portal da transparência atende a quase todos os requisitos do bloco orçamentário referentes a gastos públicos e contratos, exceto na divulgação detalhada dos gastos com saúde (P.4), na separação entre despesas de capital e correntes (P.8), na distinção entre repasses e transferências (P.10), na disponibilização de contratos assinados (P.17.3) e na especificação de vantagens e indenizações pessoais dos servidores públicos (P.34).

VIII.b.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de pesquisa é bastante simples, tendo apenas um filtro. No entanto, os resultados oferecidos pela ferramenta são diretos e até mesmo demonstram a separação da “trajetória” até esse resultado.

No que tange à LAI, o portal não apresenta nenhuma informação mais concreta sobre a legislação, não fornecendo manuais ou indicação dos seus procedimentos de acesso à informação.

VIII.b.iv. Pontos positivos e negativos

Pontos positivos:

- ✓ Disponibilização de “Carta de Serviços”;
- ✓ Opção única com indicação organizada dos bens públicos;

Pontos negativos:

- ✗ Falta de explicação sobre o uso da LAI;

- × Ausência de divisão dos tipos de despesas e informações completas sobre gastos com saúde;
- × Inexistência da versão assinada dos contratos com o Poder Público;
- × Ausência de glossário.

VIII.c. Belo Horizonte

VIII.c.i. *Experiência de Pesquisa*

O portal apresenta um *layout* organizado e com um menu principal objetivo, tendo uma média de cerca de dois minutos e sete cliques para o preenchimento de cada quesito.

Essa organização do portal facilita a identificação de informações básicas (despesas, receitas, contratos etc.), o que torna a experiência de pesquisa simples. No entanto, o portal não apresenta algumas informações mais detalhadas, como, por exemplo, a divisão entre tipo receitas (P. 10), versão assinada dos contratos (P.17.3) e relatório estatísticos de pedidos de acesso à informação (P.43).

VIII.c.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal forneceu de modo satisfatório as principais informações sobre despesas, receitas e contratos. Contudo, não foram identificadas a divisão entre tipo receitas (P. 10), indicação de programas e políticas públicas (P.15) e versão assinada dos contratos (P.17.3).

VIII.c.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de busca é funcional e possui filtros de conteúdo e organização, o que facilita a pesquisa dos usuários.

Quanto à LAI, o portal apresenta informações básicas e consistentes sobre a legislação, bem como fornece um pequeno tutorial de como realizar pedidos de acesso à informação.

VIII.c.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ *Layout* organizado e intuitivo;
- ✓ Existência de opção de “transparência temática”;
- ✓ Correlação entre as informações fornecidas e os indicadores ODS da Organização das Nações Unidas (ONU) na opção “Observatório do Milênio”.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de divisão entre transferências repasses;
- ✗ Inexistência de indicação de programas e políticas públicas;
- ✗ Sem fornecimento de relatório estatístico de pedidos de acesso à informação.

VIII.d. Boa Vista

VIII.d.i. *Experiência de pesquisa*

No geral, a experiência de pesquisa do portal da transparência é pouco intuitiva, sendo necessário dispende quase três minutos para responder os quesitos do ranking. Em relação aos cliques existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram utilizados aproximadamente sete cliques em cada um dos quesitos.

O portal possui um *layout* confuso e antigo, apresentando guias instáveis e com o certificado de segurança expirado, o que prejudica toda a experiência de pesquisa. Além disso, o portal não apresenta diversas funções relevantes, como uma página de dados abertos (P.1.1) e a divulgação dos formatos para estruturação das informações (P. 25).

VIII.d.ii. *Acesso a dados essenciais*

O portal da transparência não preencheu de forma adequada diversos quesitos referentes aos dados essenciais, sobretudo no que se refere ao bloco orçamentário do ranking. Destaca-se, por exemplo, informações de gastos com previdência (P. 7), divisão entre repasses e transferências (P. 10) e orçamento dos últimos cinco anos (P. 12).

Ademais, o portal não apresentou um grau aceitável de atualização das informações fornecidas, existindo até mesmo dados que sequer contemplam o último exercício financeiro.

VIII.d.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

O portal não possui ferramenta de busca, o que restringe muito a pesquisa de dados pelos cidadãos.

No que se refere à utilização da LAI, o portal apresenta informações básicas sobre a legislação e o acesso à informação, o que demonstra uma preocupação sobre a divulgação desses temas.

VIII.d.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal:

Pontos positivos:

- ✓ Divulgação de informações importantes sobre a LAI;
- ✓ Página sobre medidas de apoio à população, tal como o enfrentamento da pandemia de COVID-19 entre 2020 e 2022.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de página de dados abertos;
- ✗ Inexistência de muitos dados relevantes sobre as questões orçamentárias;
- ✗ Certificado de segurança da página expirado;
- ✗ Ausência de ferramenta de busca.

VIII.e. Campo Grande

VIII.e.i. *Experiência de pesquisa*

O portal possui um *layout* simples e objetivo, permitindo que cada quesito seja respondido em menos de dois minutos e com apenas cinco cliques, o que torna a experiência de pesquisa simples na maioria dos aspectos.

Contudo, o portal não apresenta diversas informações simples e relevantes, como, por exemplo, dados de gastos com a previdência (P.7), informações sobre contratos e licitações (P.17) e divisão de programas e políticas públicas (P.15).

VIII.e.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal apresenta lacunas de dados essenciais que comprometem sua funcionalidade, uma vez que, além de conter informações desatualizadas, não foi possível identificar, por exemplo, gastos relacionados à previdência (P.7). Ademais, o portal carece de informações completas sobre licitações (P.17), detalhamento dos tipos de despesas (P.8), separação entre repasses e transferências (P.10), dados sobre vantagens pessoais (P.34) e as origens dos restos a pagar (P.9.1.1).

VIII.e.iii. *Ferramenta de Busca e acesso à informação*

A ferramenta de busca não é funcional e apresenta apenas um “filtro” temático, o que não ajuda em pesquisas mais complexas e detalhadas.

Em relação à LAI, o portal apresenta informações básicas sobre a legislação. Contudo, não há disponibilização de dados mais completos acerca dos procedimentos da lei e sua forma utilização para pedidos de acesso.

VIII.e.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Positivos:

- ✓ Divulgação das informações de forma simples e direta;
- ✓ Aba de “boas práticas” com disponibilização de planejamentos de saúde, educação e informações separadas por temas.

Negativos:

- ✗ Ausência de disponibilização de gastos com previdência;
- ✗ Inexistência de dados completos sobre contratos e licitações;
- ✗ Sem divulgação de informações completas sobre a LAI;
- ✗ Existência de informações desatualizadas.

VIII.f. Cuiabá

VIII.f.i. Experiência de pesquisa

De modo geral, a experiência de pesquisa no portal da transparência foi simples e intuitiva, permitindo responder aos quesitos em cerca de um minuto, o que agilizou o preenchimento dos itens do ranking. Embora haja certa variabilidade

no número de cliques por quesito, foram necessários aproximadamente três cliques por questão.

O portal oferece uma navegação descomplicada, com um *layout* bem-organizado, facilitando o acesso às principais informações, como receitas, despesas e orçamento.

VIII.f.ii. Acesso a dados essenciais

O portal da transparência preencheu todos os principais quesitos referentes aos dados essenciais apenas com a utilização de cliques. No entanto, importante destacar que é possível melhorar nível detalhamento das informações fornecimento das informações com a disponibilização de canais para a imprensa (P.41) e aplicativo para smartphones (P. 27).

VIII.f.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de busca é bastante funcional e com resultados objetivos divididos por categorias. Contudo, não existem filtros de pesquisa e a ferramenta de busca encontra-se em local bem discreto que pode não ser identificado pelos cidadãos.

O portal fornece explicações gerais sobre a LAI em uma página própria de fácil acesso. Ademais, embora não apresente informações mais complexas, o portal fornece um breve resumo de como solicitar pedidos de acesso à informação.

VIII.f.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal:

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* intuitivo e completo;
- ✓ Existência de dicionários de dados e sistema de dados abertos aprimorado;
- ✓ Alto nível de atualização das informações existentes.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de filtros na ferramenta de busca;
- ✗ Inexistência de área específica para profissionais de imprensa.

VIII.g. Curitiba

VIII.g.i. Experiência de pesquisa

A experiência de pesquisa foi simples e objetiva, tendo a maior parte dos critérios respondidos em período igual ou inferior a três minutos, tendo sido utilizados, em média, cinco cliques por pesquisa. No entanto, não foi possível identificar vantagens pessoais dos servidores públicos (P.34) e minuta de editais e contratos com o Poder Público (P.17.3).

VIII.g.ii. Dados essenciais

O site apresenta de forma satisfatória a grande maioria dos dados essenciais sobre despesas, receitas, orçamento e contratos públicos. O portal, todavia, não

fornece algumas informações específicas, como a disponibilização de vantagens pessoais dos servidores públicos (P.34) e minutas de editais e contratos (P.17.3).

VIII.g.iii. Ferramenta de busca

A ferramenta de busca apresenta resultados funcionais e diretos. No entanto, não são fornecidos nenhum filtro de pesquisa.

O site possui seção dedicada a estudar o cumprimento da LAI e, embora as informações específicas sobre a legislação sejam relativamente escassas, há dados como: uma breve descrição da lei, a definição de informação pública e o prazo para atendimento das solicitações.

VIII.g.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* simples e com interface interativa
- ✓ Carta completa de serviços públicos;
- ✓ Seção específica para dados sobre o transporte público.

Pontos negativos:

- ✗ Sem filtro na ferramenta de pesquisa;
- ✗ Ausência de divulgação de vantagens pessoais dos servidores públicos;
- ✗ Inexistência de minutas dos contratos e editais das licitações.

VIII.h. Florianópolis

VIII.h.i. *Experiência de pesquisa*

A experiência de pesquisa no portal da transparência de Florianópolis é um pouco lenta, sendo necessário utilizar quase sempre o tempo máximo de três minutos para obter os resultados. Em relação aos cliques, existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram aproximadamente oito clientes em cada um dos quesitos.

O *layout* do portal é confuso e pouco intuitivo, tendo opções limitadas e poucas informações que facilitam a navegação. No geral, as informações básicas são divulgadas de forma confusa e demandam um tempo de pesquisa considerável, o que torna o portal menos acessível.

VIII.h.ii. *Acesso a dados essenciais*

O portal preencheu grande parte dos quesitos referentes a dados essenciais, faltando somente mais especificidade em relação aos pontos orçamentários, especificamente em relação aos dados de segurança pública (P. 6) e a divisão entre despesas de capital e despesas correntes (P. 8). Além disso, o portal não preencheu outros requisitos básicos, como a existência de um glossário (P. 31) e informações sobre a lei de acesso à informação (P. 35 e 36).

VIII.h.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

A ferramenta de busca, embora simples e discreta, cumpre sua função de forma eficiente, apresentando resultados de maneira organizada e detalhada.

No que tange à Lei de Acesso à Informação, o portal não disponibiliza explicações claras ou orientações sobre sua aplicação, restringindo-se a citar apenas o número do decreto regulamentador.

VIII.h.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ Opção de dados abertos segmentada por tópicos;
- ✓ Aba específica sobre o patrimônio público do Município.

Pontos negativos:

- ✗ Incompletude de dados orçamentários como os gastos com a segurança pública e a separação entre os tipos de despesas;
- ✗ *Layout* confuso e pouco acessível;
- ✗ Ausência de informações concretas sobre a LAI.

VIII.i. Fortaleza

VIII.i.i. *Experiência de pesquisa.*

A prefeitura de Fortaleza está com um portal da transparência novo em fase de teste², sendo seu acesso já automatizado pelo *layout* principal no site da prefeitura. De lá, é possível ter também acesso ao portal antigo, já que alguns itens ainda não se encontram disponibilizados no portal novo.

O novo site é bem-organizado e com visual limpo, inclusive indicando as informações novas em comparação ao site antigo. De uma forma geral, foram utilizados dois minutos e sete cliques para responder cada um dos quesitos.

VIII.i.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

No que concerne ao acesso a informações sobre dados essenciais, o portal de transparência de Fortaleza atende quase integralmente aos quesitos do bloco orçamentário relativos a gastos públicos e contratos. Contudo, há algumas lacunas, como a ausência da versão assinada dos contratos firmados (P.17.3), a indicação da origem das despesas dos restos a pagar (P.9.1.1), além de informações específicas sobre as vantagens e indenizações pessoais dos servidores (P.34).

² Considera-se essa afirmação como temporal, datada da elaboração deste relatório, ou seja, entre 2023 e 2024.

VIII.i.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

O portal novo apresenta uma ferramenta de busca com filtros temáticos pouco funcional e objetiva, sobretudo porque está em fase de teste. O portal antigo não completa tal função.

Em relação à LAI, o portal apresenta informações gerais sobre a legislação, sem, contudo, apresentar cartilhas ou manuais sobre como pedir acesso às informações públicas.

VIII.i.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos positivos:

- ✓ Portal novo com *layout* organizado e limpo;
- ✓ Opção de avaliação dos servidores públicos na página inicial;

Pontos negativos:

- ✗ Ausência da versão assinada dos contratos com o Poder Público;
- ✗ Inexistência de divulgação das vantagens e indenizações pessoais dos servidores públicos;
- ✗ Existência de um portal antigo e novo de forma confusa, com informações dispostas em ambos.

VIII.j. Goiania

VIII.j.i. *Experiência de pesquisa*

O portal apresenta um *layout* simples e intuitivo, sendo necessário menos de dois minutos e cinco cliques para responder cada um dos quesitos. A interface colorida e direta ajuda na acessibilidade das informações mais simples, o que facilita a experiência geral de pesquisa.

Contudo, embora o portal seja bem completo no geral, há ausências de algumas informações e funcionalidades importantes, como a divisão entre os tipos de despesas (P.10) e glossário (P.31).

VIII.j.ii. *Acesso a dados essenciais*

De uma forma geral, o portal apresenta quase todos os dados essenciais exigidos pelo ranking, sendo um site completo e com alto grau de atualização de informações.

Todavia, há ausências relevantes de informações, tais como divisão entre os tipos de despesas (P.10), contratos assinados (P.17.3), glossário (P.31) e vantagens pessoais dos servidores públicos (P.34).

VIII.j.iii. *Ferramentas de busca e acesso à informação*

A ferramenta de busca é prática e direta, mas possui apenas um filtro temático muito simples.

Quanto à LAI, embora o portal ofereça algumas informações sobre a legislação, faltam explicações adequadas e completas sobre os procedimentos legais para a solicitação de informações.

VIII.j.iv. Pontos negativos e positivos do portal

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* intuitivo e simples;
- ✓ Seções temáticas objetivas;
- ✓ Dados sobre a LGPD e o Governo Digital.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de glossário;
- ✗ Sem a disponibilização da versão assinada do contrato;
- ✗ Informações dispersas sobre a LAI;
- ✗ Inexistência de indicação das vantagens individuais dos servidores públicos.

VIII.k. João Pessoa

VIII.k.i. Experiência de pesquisa.

O portal possui um *layout* organizado e intuitivo, o que facilita o acesso às informações mais objetivas. De uma forma geral, foram necessários cerca de dois minutos e sete cliques para responder cada um dos quesitos.

O portal, contudo, apresenta diversas lacunas, não existindo, por exemplo, página de dados abertos funcional (P.1.1), divisão entre tipos de despesas (P.8) e ferramenta de busca (P.20).

VIII.k.ii. Acesso a Dados Essenciais

Quanto ao acesso a informações sobre dados essenciais, o portal da transparência de João Pessoa preenche quase todos os quesitos do bloco orçamentário na parte de gastos públicos e contratos, sendo a exceção a divisão das despesas de capital e correntes (P.8), entre repasse e transferências (P.10) e a versão assinada dos contratos firmados pelo Poder Público (P.17.3).

VIII.k.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

O portal não apresenta ferramenta de busca, o que prejudica a experiência de pesquisa, sobretudo para questões mais complexas.

Quanto à LAI, o portal divulga informações básicas sobre a legislação. No entanto, não foi disponibilizado nenhum manual ou cartilha completo que tratasse sobre os procedimentos de solicitação de informações.

VIII.k.iv. Pontos Positivos e Negativos:

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* organizado e intuitivo;
- ✓ Divulgação de “Carta de Serviços” com uma gama de opções aos usuários;

- ✓ Existência do menu “educação cidadã”, com a disponibilização de vídeos educativos sobre o portal.

Pontos negativos:

- ✗ Página de “dados abertos” em manutenção por tempo indeterminado;
- ✗ Ausência de ferramenta de busca;
- ✗ Sem a divisão de despesas correntes e de capital;
- ✗ Inexistência de versão assinada nos contratos com o Poder Público.

VIII.1. Macapá

VIII.1.i. *Experiência de Pesquisa*

O portal possui um *layout* organizado e bastante visual, sendo necessário cerca de um minuto e meio e seis cliques para responder cada um dos quesitos.

Todavia, o portal apresenta algumas lacunas, não possuindo, por exemplo, indicação de vantagens pessoais dos servidores públicos (P.34) e indicação de locais de prestação de serviços públicos (P.38).

VIII.1.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal preencheu de forma satisfatória quesitos com dados essenciais relevantes, como os referentes às despesas, receitas e da Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, há informações relevantes que não estão dispostas no site, como, por exemplo, a ausência de indicação de vantagens pessoais dos servidores

públicos (P.34), versão assinada dos instrumentos contratuais (P.17.3) e a legislação local (P.44).

VIII.l.iii. Ferramentas de Busca e acesso às informações

A ferramenta de busca é simples, mas não oferece resultados úteis e só pode ser acessada clicando em um dos campos de informação na página inicial.

Em relação à LAI, o portal apresenta dados sobre a legislação e seus procedimentos, possuindo uma aba própria para o acesso à informação.

VIII.l.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ *Layout* organizado e bastante visual;
- ✓ Disponibilização de diversas funcionalidades de acessibilidade.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de indicação de vantagens pessoais dos servidores públicos;
- ✗ Inexistência de versão assinada dos contratos;
- ✗ Sem disponibilização de canal com a legislação local atualizada.

VIII.m. Maceió

VIII.m.i. *Experiência de pesquisa*

A experiência de pesquisa no portal da transparência é simples, sendo necessário utilizar aproximadamente dois minutos em cada um dos quesitos. Em relação aos cliques existe uma grande variabilidade em cada um dos quesitos, porém é possível afirmar que foram aproximadamente sete clientes para cada quesito.

O *layout* do portal é simples e intuitivo, sobretudo considerando que a página inicial apresenta uma série de menus importantes. Contudo diversas informações relevantes não estão disponíveis, como a execução orçamentária (P.3) e uma página de dados abertos (P.1.1), o que torna a experiência de pesquisa limitada.

VIII.m.ii. *Acesso a dados essenciais*

O portal não preencheu diversos quesitos referentes ao orçamento e contratos, o que impediu a obtenção de diversas informações, sejam de caráter mais simples (execução orçamentária) ou mais complexos (identificação da origem dos restos a pagar). Além disso, o portal não foi preenchido outros requisitos básicos, como registro de competências (P. 16) e informações sobre a lei de acesso à informação (P. 35).

VIII.m.iii. *Ferramenta de busca*

O portal não possui ferramenta de busca, o que restringe muito a pesquisa de dados pelos cidadãos.

Quanto à LAI, o portal não forneceu dados gerais sobre o tema de acesso à informação. Contudo, foi apresentado um resumo de como realizar pedidos de acesso dentro do E-SIC (P. 36), o que já demonstra um esforço na divulgação do tema.

VIII.m.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos Positivos:

- ✓ Interface simples e objetiva;
- ✓ Disponibilização do “Maceió-In”, plataforma que desenvolve a inteligência de dados na Secretaria Municipal de Economia de Maceió e busca criar soluções que auxiliem as unidades gestoras em seus resultados.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de página de dados abertos;
- ✗ Inexistência de ferramenta de busca;
- ✗ Sem tratamento de informações mais relevantes referentes a execução orçamentária;
- ✗ Ausência de divulgação de programas e políticas públicas.

VIII.n. Manaus

VIII.n.i. *Experiência de pesquisa*

No geral, o portal apresenta um *layout* simples, o que facilita o acesso às informações mais básicas, tendo uma média de quase três minutos e cinco cliques para preenchimento de cada quesito.

Contudo, o portal não apresenta algumas informações relevantes, como tratamento da execução orçamentária (P. 3), divisão entre despesas de capital e correntes (P.8) e ausência de relatórios dos pedidos de acesso (P. 43).

VIII.n.ii. *Acesso a dados essenciais*

O portal preencheu não preencheu de forma satisfatória todos os quesitos orçamentários, inexistindo diversas informações relevantes como tratamento de execução orçamentária e informações sobre os restos a pagar (P. 9.1). Além disso, a navegação do portal se torna precária na busca de quesitos mais específicos, como a separação de vantagens e indenizações dos servidores públicos (P. 38) e áreas para a imprensa (P. 41) e órgãos de controle (P. 43).

VIII.n.iii. *Ferramenta de busca*

O portal apresenta uma ferramenta de busca com resultados condizentes divididos por temas. Contudo, a ferramenta não apresenta filtros de pesquisa que poderiam facilitar o acesso.

Já quanto a LAI, o portal da transparência apresenta informações gerais sobre a legislação e explica especificamente as formas de pedido de acesso à informação e prazos existentes, fornecendo ao usuário uma base de utilização consistente.

VIII.n.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* simples e direto;
- ✓ Dados concretos sobre acesso à informação.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência tratamento da execução orçamentária;
- ✗ Inexistência de indicação dos locais de prestação de serviços essenciais;
- ✗ Sem filtros de pesquisa na ferramenta de busca;
- ✗ Ausência de fornecimento de relatórios de pedidos de acesso à informação.

VIII.o. Natal

VIII.o.i. Experiência de Pesquisa

O portal possui um *layout* simples e organizado, sendo necessário cerca de dois minutos e cinco cliques para responder cada um dos quesitos. A simplicidade da interface permite que os usuários identifiquem de forma mais direta e natural as informações.

Todavia, o portal não apresenta algumas informações e funcionalidades relevantes, tais como divisão entre os tipos de despesa (P.10) e filtros de pesquisa (P.32).

VIII.o.ii. Acesso a Dados Essenciais

De uma forma geral, o portal apresenta a grande maioria dos dados essenciais de forma organizada, como despesas, receitas e informações relativas às contratações públicas.

O portal, todavia, não apresenta informações complementares relevantes, como divisão entre os tipos de despesa (P.10), versão assinada dos contratos (P.17.3) e área específica para a imprensa (P.41)

VIII.o.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta não é disponibilizada em local de destaque e apresenta resultados poucos funcionais. Ademais, a ferramenta de busca não possui filtros, o que dificulta as pesquisas mais complexas.

Quanto à LAI, o portal não apresenta informações mais detalhadas sobre sua utilização, tais como manuais e cartilhas. No entanto, o site fornece uma breve explicação sobre o procedimento de solicitação de informações via E-SIC, o que serve como apoio aos usuários.

VIII.o.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ *Layout* simples e organizado;
- ✓ Existência de aba específica e detalhada sobre serviços públicos.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de divisão entre o tipo de despesas;
- ✗ Ferramenta de busca não funcional e sem filtros;
- ✗ Inexistência de versão assinada dos contratos públicos.

VIII.p. Palmas

VIII.p.i. Experiência de pesquisa

O portal da transparência possui um *layout* simples e funcional, sendo necessário cerca de dois minutos e oito cliques para responder cada um dos quesitos. Embora o design seja um pouco confuso, o site disponibiliza um grande gama de opções que facilitam o acesso do usuário.

Todavia, o portal não apresenta algumas informações específicas que são relevantes e contribuem para a experiência do usuário.

VIII.p.ii. Acesso a Dados Essenciais

O site apresenta praticamente todas as informações consideradas essenciais, tais como dados de despesas, receitas, contratos públicos e orçamento. No entanto,

não foram identificadas as seguintes informações/funcionalidades: divulgação de programas e políticas públicas (P.15); versão assinado dos contratos (P.17.3); disponibilização de vantagens e indenizações pessoais; e indicação de locais para prestação de serviços públicos (P.38).

VIII.p.iii. Ferramenta de Busca e acesso à informação

O site possui ferramenta de busca com filtros por tema, ordem alfabética e “destaques”. No entanto, os resultados são poucos funcionais e amplos.

Quanto à LAI, o portal apresenta texto no E-SIC que menciona brevemente a legislação e sua função. Não há, contudo, informações mais concretas sobre o acesso à informação, tais como cartilhas, manuais e tutoriais.

VIII.p.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* simples e com diversas funções dispostas logo na página inicial;
- ✓ Existência de aba específica para “LGPD e Governo Digital”;
- ✓ Divulgação de questionário para avaliação do portal.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de divulgação de políticas públicas;
- ✗ Sem publicação da versão assinada dos contratos com o Poder Público;
- ✗ Inexistência de fornecimento das vantagens e indenizações pessoais dos servidores públicos;

- × Ausência de indicação de locais para prestação de serviços públicos.

VIII.q. Porto Alegre

VIII.q.i. *Experiência de pesquisa*

O portal apresenta uma interface direta e agradável, com diversas opções de informações organizadas na página inicial. De uma forma geral, foram despidos cerca de dois minutos e cinco cliques para a responder cada um dos quesitos.

O site apresenta diversas funcionalidades e informações exigidas pelo ranking, sendo muito completo e acessível. No entanto, a experiência de navegação foi comprometida pela ausência de disposição mais simples de alguns dados relevantes (como despesas e receitas), como ferramenta de busca (P.32) e área específica para a imprensa (P.41).

VIII.q.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal é bastante completo, reunindo informações essenciais, como despesas, receitas, contratos públicos e orçamento. Contudo, a organização de certos dados compromete sua acessibilidade, uma vez que algumas informações, como os gastos com educação, não são publicadas de forma claramente discriminada e de fácil acesso.

VIII.q.iii. Ferramenta de Busca e acesso à informação

O portal da transparência em si não possui ferramenta de busca, o que compromete toda a experiência de pesquisa dos usuários, já que não é possível realizar uma pesquisa específica de informações.

Quanto à LAI, o portal apresenta tanto informações mais simples quanto mais complexas em relação ao estudo e utilização da legislação, o que demonstra uma preocupação com o aperfeiçoamento do acesso à informação.

VIII.q.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* completo e objetivo, sobretudo em sua página inicial;
- ✓ Disponibilização de aplicativo (156web) com diversas funcionalidades e serviços;
- ✓ Divulgação de todos os dados essenciais a partir de menus indicativos na página inicial do portal;
- ✓ Existência do “Observa POA”, com indicadores e estudos completos sobre a cidade.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de ferramenta de busca;
- ✗ Divulgação desorganizada de informações relevantes (como despesas e receitas);

VIII.r. Porto Velho

VIII.r.i. *Experiência de Pesquisa*

O portal possui um *layout* um pouco poluído, com a concentração de muitas informações logo na primeira parte da página inicial, o que dificulta a acessibilidade dos usuários. De uma forma geral, foram necessários cerca de quase três minutos e nove cliques para responder cada quesito.

VIII.r.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

No que tange aos dados essenciais, o portal apresenta as informações de forma insuficiente, principalmente as ligadas às despesas. Isso porque, não obstante o site disponibilize um menu de despesas, os dados são divulgados de forma restrita e inacessível, sem possibilidade de filtrar por data ou por programa.

Além disso, o portal não apresenta a divisão entre os tipos de despesas (P.8) e a versão assinada dos contratos públicos (P.17.3).

VIII.r.iii. *Ferramentas de Busca e acesso à informação*

O portal fornece ferramenta de busca com filtros de busca específicos que não ajudam na localização de informações importantes.

Quanto à LAI, o portal apresenta informações simples e complexas sobre a legislação, contando inclusive com explicações sobre o procedimento de solicitação de informação.

VIII.r.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos:

- ✓ Página de dados abertos completa com dicionário de dados;
- ✓ Aba específica e completa sobre a COVID-19.

Pontos Negativos:

- ✗ Falta de informações completas sobre despesas;
- ✗ Ausência de divisão entre os tipos de despesas;
- ✗ Inexistência da versão assinada dos contratos públicos.

VIII.s. Recife

VIII.s.i. Experiência de Pesquisa

A pesquisa no portal da transparência de Recife foi rápida, com cada quesito sendo respondido em aproximadamente um minuto, totalizando pouco mais de uma hora para os quarenta e quatro quesitos do ranking. Em média, foram necessários cerca de dois cliques por quesito.

A navegação no portal é bastante intuitiva e fluida, facilitada por um *layout* interativo e amplo, o que torna a pesquisa fácil e agradável. No entanto, não foi possível identificar algumas informações e funcionais, como, por exemplo, divulgação de programas e políticas públicas (P.15) e área específica para a imprensa (P.41).

VIII.s.ii. Acesso a Dados Essenciais

O portal é bastante completo, reunindo informações essenciais, como despesas, receitas, contratos públicos e orçamento. Contudo, a organização de certos dados compromete sua acessibilidade, uma vez que algumas informações, como os gastos com educação, não são publicadas de forma discriminada e de fácil acesso.

VIII.s.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de busca do portal de Recife é funcional e apresenta filtros úteis (data e relevância). No entanto, por ser conectada ao Google, a ferramenta apresenta algumas informações distantes em pesquisas mais específicas.

Quanto à LAI, o portal apresenta um menu específico sobre a legislação, o qual divulga procedimentos, manuais e informações completas sobre o acesso à informação.

VIII.s.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos Positivos:

- ✓ *Layout* interativo e intuitivo;
- ✓ Existência de um menu amplo sobre a LAI com diversas funcionalidades;
- ✓ Divulgação em tempo real das últimas atualizações do portal logo na página inicial.

Pontos Negativos:

- × Dados relevantes organizados de forma pouco acessível e discriminada, como os gastos com educação;
- × Ausência de divulgação de programas e políticas públicas;
- × Inexistência de área destinada aos profissionais da imprensa.

VIII.t. Rio Branco

VIII.t.i. Experiência de pesquisa.

A experiência de pesquisa no portal da transparência de Rio Branco revelou-se lenta e pouco intuitiva, uma vez que a tela inicial oferece poucas opções e o *layout* é confuso. Em média, cada consulta aos quesitos exigiu aproximadamente dois minutos e meio e dois cliques para ser concluída.

Ademais, o portal apresenta lacunas relevantes em seu conteúdo e estrutura, como a ausência de página de dados abertos (P.1.1), categorização detalhada das despesas (P.18), uma seção de perguntas frequentes (P.18) e um glossário explicativo (P.31).

VIII.t.ii. Acesso a Dados Essenciais

Em relação ao acesso a dados essenciais, o portal de transparência disponibiliza informações básicas sobre gastos públicos, incluindo saúde e previdência. Entretanto, a ausência de documentos completos sobre processos licitatórios e

contratos firmados pela prefeitura é evidente., pois, não obstante exista um menu de “contratações”, as informações não foram compartilhadas no portal.

Além disso, não foi possível encontrar outras informações relevantes, como a separação entre despesas de capital e correntes (P.8), a distinção entre repasses e transferências (P.10) o balanço financeiro dos últimos cinco anos (P.11).

VIII.t.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de pesquisa não possui filtros e as buscas realizadas não encontram nenhum resultado mesmo quando se trata de temas simples, o que torna a ferramenta pouco útil.

Quanto à LAI, embora existam algumas informações sobre a legislação na página do E-SIC, não há nenhum tratamento detalhado sobre o estudo da transparência administrativa ou um cuidado com o tema do acesso à informação, não funcionando sequer o mapa do site para ajudar os usuários.

VIII.t.iv. Resumo geral:

Pontos positivos:

- ✓ Divulgação de informações sobre gastos públicos com diversos tipos de separações;
- ✓ Opção no portal da transparência especificamente sobre a covid-19.

Pontos negativos:

- ✗ *Layout* confuso e demora no carregamento das informações;

- × Inexistência de uma opção sobre dados abertos no portal;
- × Impossibilidade de realização de pedidos de acesso à informação de forma virtual;
- × Ausência de divulgação dos documentos relativos aos contratos e licitações promovidas pelo Poder Público.

VIII.u. Rio de Janeiro (RJ)

VIII.u.i. Experiência de Pesquisa

O tempo de pesquisa no portal da transparência do Rio de Janeiro foi um pouco longo, com cada quesito sendo respondido em cerca de dois a três minutos. O número de cliques, por sua vez, variou entre dois e cinco por quesito, dependendo da complexidade da informação.

A navegação é padrão, com abas e menus acessíveis e visuais. No entanto, em algumas áreas, como despesas detalhadas, o portal requer o uso de um site externo, o “Contas do Rio”.

VIII.u.ii. Acesso a Dados Essenciais

O portal preencheu diversos quesitos de forma satisfatória, como os referentes às despesas com previdência e receitas. Ocorre que, como supracitado, o portal não forneceu uma série de pontos essenciais, como, por exemplo, divisão entre receitas e despesas (P.10), divulgação de políticas públicas (P.15), remuneração

completa dos servidores públicos (P.33) e a possibilidade de baixar todos os documentos (P.26).

VIII.u.iii. Ferramentas de Busca e Acesso à Informação.

O portal disponibiliza uma ferramenta de busca com filtros temáticos, o que facilita a pesquisa de informações. Contudo, essa ferramenta nem sempre exibe os resultados mais relevantes em relação aos termos pesquisados, comprometendo sua eficácia em casos de pesquisas mais complexas.

Em relação à LAI, o portal apresenta informações básicas sobre a legislação, sem, contudo, divulgar dados mais robustos sobre o acesso à informação, como manuais, cartilhas e tutoriais.

VIII.u.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal

Pontos Positivos:

- ✓ Informações detalhadas e bem-organizadas;
- ✓ Filtros de busca temáticos.

Pontos Negativos:

- ✗ Ausência de informações completas e de fácil acesso sobre as despesas com saúde e educação;
- ✗ Informações sobre previdência não foram facilmente encontradas.
- ✗ Acesso a despesas detalhadas através de um portal externo dificulta a pesquisa.

VIII.v. Salvador

VIII.v.i. *Experiência de pesquisa*

O portal possui um *layout* organizado, com cores simples e minimalista. Desse modo, resguardadas as variações entre critérios mais simples e mais complexos, a média para preencher cada um dos requisitos foi de dois cliques e cerca de um minuto.

VIII.v.ii. *Acesso a dados essenciais*

O portal é bastante completo, possuindo praticamente todas as informações essenciais (despesas, receitas, contratos públicos e orçamento). No entanto, algumas informações não constam no site, como a origem dos restos a pagar (9.1.1), balanço orçamentário dos últimos cinco anos (P.11), versão assinada dos contratos públicos (P.17.3) e vantagens e indenizações parciais dos servidores (P.34).

VIII.v.iii. *Ferramenta de busca e acesso à informação*

Existe uma ferramenta de busca simples e objetiva, mas apenas com um filtro temático limitado, o que restringe a experiência do usuário.

O site divulga e informa detalhadamente sobre a LAI, sua funcionalidade e os procedimentos para a realização de pedidos de informação, inclusive a instrumentalização da lei para maior transparência. Divulga, ainda, dados e

informações dos órgãos de controle, de locais para prestação de serviços básicos e órgãos de governo, bem como dados de indicadores sociais.

VIII.v.iv. Pontos positivos e negativos.

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* intuitivo e objetivo;
- ✓ Detalhamento nas informações sobre despesas públicas;
- ✓ Conexão com os órgãos de controle;
- ✓ Divulgação detalhada e concreta de informações a respeito da LAI.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência de arquivos dos balanços orçamentários dos últimos anos;
- ✗ Sem disponibilização da versão assinada dos contratos públicos;
- ✗ Inexistência da indicação de vantagens e indenizações dos servidores públicos.

VIII.w. São Luís

VIII.w.i. Experiência de pesquisa

O portal em geral é dinâmico e organizado com estrutura simples e enxuta, não existindo dificuldades na navegação. No geral, foram necessários em média um minuto e cinco cliques por quesito.

O portal, no entanto, é mecânico e pouco organizado, não possuindo tratamento de execução orçamentária (P.3), sem painéis interativos e outras funcionalidades acessíveis.

VIII.w.ii. Acesso a dados essenciais

De modo geral, o portal oferece informações abrangentes sobre dados essenciais, especialmente no que tange a despesas e receitas. Todavia, o site não apresenta informações de restos a pagar anteriores (P.9.1.1), divulgação de programas e políticas públicas (P.15) e indicação de vantagens e indenizações pessoais dos servidores públicos (P.34).

VIII.w.iii. Ferramentas de busca e acesso à informação

A ferramenta de busca possui resultados baseados em filtros temáticos com as opções do portal, o que reduz sua precisão.

Quanto à LAI, o portal apresenta informações gerais que fornece esclarecimentos sobre a legislação e seus procedimentos em uma opção sobre o acesso à informação.

VIII.w.iv. Pontos negativos e positivos do portal:

Pontos positivos:

- ✓ Existência de uma opção que trata especificamente da LAI e seus procedimentos;

- ✓ Fornecimento de mapas georrefenciados na página inicial.

Pontos negativos:

- ✗ *Layout* desorganizado com opções importantes em lugares sem destaque da página inicial;
- ✗ Ausência de tratamento da execução orçamentária;
- ✗ Inexistência de divulgação de programas e políticas públicas;
- ✗ Ausência de indicação de vantagens e indenizações pessoais.

VIII.x. São Paulo (SP)

VIII.x.i. *Experiência de pesquisa.*

O portal possui um *layout* enxuto e funcional, sendo possível acessar todos os dados principais apenas com base na página inicial. No geral, foram necessários cerca de um minuto e meio e seis cliques para responder cada um dos quesitos, o que demonstra a agilidade do portal.

No entanto, o site apresenta ainda algumas lacunas, como a ausência de dados para acompanhamento geral de programas e políticas públicas (P.18), glossário (P.31) e área específica para a imprensa (P.41).

VIII.x.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal preencheu a grande maioria dos dados essenciais (despesas, receitas e orçamento), sendo uma exceção as informações sobre licitações e contratos

públicos (P.17). Conforme informado no momento da atualização deste ranking, o portal de “Contratos, Convênios, Compras Públicas e Parcerias” está em manutenção para atualização das diretrizes oriundas da Nova Lei de Licitações e Contratos Lei Federal nº 14.133/2021³. Assim, até a finalização desta manutenção, os documentos só poderiam ser obtidos via DOM, o que não é acessível.

VIII.x.iii. Ferramentas de Busca e acesso à informação

A ferramenta de pesquisa é bastante simples, tendo apenas um filtro de separação dos resultados por relevância ou data. No entanto, os resultados oferecidos pela ferramenta são diretos e até mesmo demonstram a separação da “trajetória” até esse resultado.

No tocante à LAI, o portal apresenta um menu específico que aborda a legislação e seus procedimentos, incluindo cartilhas e guias práticos. Além disso, destaca-se pela divisão regional da transparência, fornecendo uma visão segmentada do Município com base nas Subprefeituras, o que aprimora a acessibilidade e contextualização das informações.

VIII.x.iv. Pontos Positivos e Negativos

Pontos positivos:

³ Ressalta-se que esse apontamento é temporal, datado da elaboração deste relatório.

- ✓ *Layout* simples e intuitivo;
- ✓ Grande gama de informações sobre a LAI, incluindo divisão regional da transparência com índices das Subprefeituras;
- ✓ Disponibilização do “Participe+”, guia com diversas opções de participação popular;

Pontos negativos:

- ✗ Dificuldade de acesso às informações relativas aos procedimentos licitatórios e compras públicas;
- ✗ Ausência de glossário.

VIII.y. **Teresina**

VIII.y.i. *Experiência de pesquisa*

O portal possui um *layout* simples e dinâmico, possuindo uma estrutura simples que torna a navegação acessível. De uma forma geral, a média de tempo de resposta aos requisitos corresponde a dois minutos e de cinco cliques.

Contudo, o portal possui lacunas, inexistindo diversas informações e funcionalidades relevantes, como, por exemplo, página de dados abertos (P.1.1), o tratamento da execução orçamentária (P.3) e ferramenta de pesquisa (P.20).

VIII.y.ii. *Acesso a dados essenciais*

No que tange aos dados essenciais, o portal não apresenta uma série de informações, seja em gastos com segurança pública (P.6) e informações gerais

sobre licitações e contratos (P.17). Além disso, destaca-se que não há balanço orçamentário dos últimos cinco anos (P.11) e separação de repasses e transferências (P.10).

VIII.y.iii. Ferramenta de busca e acesso à informação

O site não possui ferramenta de busca geral, o que dificulta toda pesquisa de informações mais completas e específicas.

O portal possui painel da LAI, com dados estatísticos e informações sobre deferimento e indeferimento de informações, com a observação negativa de que não foram encontradas informações referentes ao cumprimento dos prazos, nem do número de pedidos.

VIII.y.iv. Resumo geral

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* simples e organizado;
- ✓ Informações detalhadas sobre a utilização da LAI;

Pontos negativos:

- ✗ Sem tratamento da execução orçamentária;
- ✗ Inexistência de página de dados abertos;
- ✗ Diversas lacunas em informações essenciais sobre despesas e contratos públicos;
- ✗ Ausência de ferramenta de busca.

VIII.z. Vitória

VIII.z.i. *Experiência de pesquisa*

O site possui um *layout* organizado e intuitivo, possuindo diversas informações na sua página inicial, o que facilita a acessibilidade dos usuários e evita prolongamento da pesquisa. De forma geral, foram necessários quase dois minutos e oito cliques para responder cada quesito.

VIII.z.ii. *Acesso a Dados Essenciais*

O portal possui praticamente todos os dados considerados essenciais (despesas, receitas, contratos públicos e orçamento). No entanto, as informações detalhadas não estão disponibilizadas no site, como a divisão entre despesas de capital e despesas correntes (P.8), divisão de repasses e transferências (P.10) e versão assinada dos contratos públicos (P.17.3).

VIII.z.iii. *Ferramenta de Busca e acesso à informação*

A ferramenta de busca é simples e possui filtros de data e relevância. No entanto, os resultados não são funcionais o objetivo, o que compromete sua utilidade.

Quanto à LAI, o portal apresenta somente informações básicas sobre a legislação sem fornecer dados mais concretos sobre seus procedimentos e utilidades do acesso à informação.

VIII.z.iv. Pontos Positivos e Negativos do Portal:

Pontos positivos:

- ✓ *Layout* simples e com uma página inicial completa;
- ✓ Utilização de recursos visuais na divulgação de receitas e despesas;
- ✓ Opção com gama de opções de participação popular.

Pontos negativos:

- ✗ Ausência da divisão dos tipos despesas;
- ✗ Inexistência da versão assinada dos contratos públicos;
- ✗ Informações limitadas sobre a LAI.

IX. Comparação geral com a primeira versão do ranking

Conforme anteriormente mencionado, a versão do ranking da transparência de 2023/2024 incluiu cinco quesitos adicionais em relação à edição de 2021/2022, visando aperfeiçoar a pesquisa por meio de novos requisitos legais e boas práticas de transparência administrativa, tornando-a mais abrangente e precisa.

O aumento no número de quesitos, aliado ao tempo dedicado entre as pesquisas, resultou em mudanças expressivas no posicionamento das localidades no ranking. Abaixo, segue uma tabela comparativa ilustrando essas alterações:

RANKING 2023/2024		RANKING 2021/2022	
Colocação	Localidade	Colocação	Localidade
1º	Ceará (+9)	1º	Paraná
2º	Porto Alegre (+49)	2º	Fortaleza
3º	Espírito Santo (+23)	3º	Bahia
4º	Cuiabá (+24)	4º	Rio de Janeiro (RJ)
5º	Paraná (-4)	5º	Santa Catarina
6º	Goiânia (+18)	6º	Mato Grosso
7º	Minas Gerais (+35)	7º	Paraíba
8º	Goiás (+31)	8º	Recife
9º	Bahia (-6)	9º	Rio Branco
10º	Pernambuco (+28)	10º	Ceará
11º	Santa Catarina (-6)	11º	Palmas
12º	Salvador (+41)	12º	Governo Federal
13º	Rondônia (+32)	13º	Campo Grande
14º	Fortaleza (-12)	14º	Maranhão
15º	Distrito Federal (+4)	15º	Manaus
16º	Alagoas (+34)	16º	João Pessoa
17º	Governo Federal (-5)	17º	Boa Vista
18º	Curitiba (+13)	18º	São Paulo (SP)
19º	Vitória (+4)	19º	DF
20º	Roraima (+2)	20º	Pará
21º	Recife (-13)	21º	Sergipe
22º	São Paulo (-4)	22º	Roraima
23º	São Paulo (Estado) (+23)	23º	Vitória
24º	Belo Horizonte (+9)	24º	Goiânia
25º	Palmas (-14)	25º	Porto Velho
26º	Amapá (+15)	26º	Espírito Santo
27º	Acre (+8)	27º	Belém
28º	Maranhão (-14)	28º	Cuiabá
29º	Florianópolis (+14)	29º	Amazonas
30º	Rio de Janeiro (-26)	30º	Rio de Janeiro
31º	Paraíba (-24)	31º	Curitiba
32º	Macapá (+5)	32º	Rio Grande do Sul
33º	Pará (-13)	33º	Belo Horizonte
34º	Natal (=)	34º	Natal

35º	Aracaju (+19)	35º	Acre
36º	Porto Velho (-11)	36º	Teresina
37º	Rio Grande do Sul (-5)	37º	Macapá
38º	São Luís (+11)	38º	Pernambuco
39º	Amazonas (-10)	39º	Goiás
40º	Tocantis (+12)	40º	Mato Grosso do Sul
41º	Manaus (-26)	41º	Amapá
42º	João Pessoa (-26)	42º	Minas Gerais
43º	Mato Grosso (-37)	43º	Florianópolis
44º	Campo Grande (-31)	44º	Piauí
45º	Belém (-18)	45º	Rondônia
46º	Piauí (-2)	46º	São Paulo
47º	Rio de Janeiro (-17)	47º	Maceió
48º	Mato Grosso do Sul (-8)	48º	Rio Grande do Norte
49º	Boa Vista (-32)	49º	São Luís
50º	Maceió (-3)	50º	Alagoas
51º	Rio Grande do Norte (-3)	51º	Porto Alegre
52º	Teresina (-16)	52º	Tocantins
53º	Sergipe (-32)	53º	Salvador
54º	Rio Branco (-45)	54º	Aracaju

Cabe ressaltar que essas mudanças não devem ser interpretadas apenas numericamente, mas sim pela composição integral da pontuação de cada quesito, já que durante a pesquisa foram constatados detalhes relevantes sobre a experiência de navegação dos portais.

X. Base de dados deste relatório

Todo este relatório foi elaborado com base no preenchimento da tabela do ranking de todos os entes federados, a qual reúne informações detalhadas sobre cada um dos quesitos e funcionalidades dos portais analisados.

Nessa tabela, foram registrados o tempo de pesquisa e os cliques necessários para cada quesito, além de observações sobre a experiência de pesquisa, aspectos fundamentais para o entendimento completo dos portais da transparência.

Ou seja, a partir dessa tabela, é possível analisar todos os pontos do ranking, seja pelos detalhes das respostas em cada quesito ou pela amplitude das informações disponibilizadas.

Desta forma, visando melhor entendimento do conteúdo deste relatório, compartilha-se neste link a tabela com toda a base de dados do ranking exposto neste relatório: [Ranking NETACIP 2023-2024](#)

XI. Bibliografia

Para além da realização da pesquisa empírica a partir da elaboração do Ranking da Transparência, as atividades contaram com reuniões teóricas, intercaladas com as reuniões empíricas, a fim de discutir a bibliografia indicada e capacitar os pesquisadores sobre o tema da transparência e da comunicação pública, de modo a muni-los com o conhecimento teórico necessário para analisar com qualidade os dados obtidos no preenchimento do Ranking.

A bibliografia lida e discutida pela turma de 2023-2024 foi a seguinte:

- BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;
- BRASIL. Governo Federal. Ministério da Justiça. “Lei de Acesso à Informação - A informação é direito de todos”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/lei-de-acesso-ainformacao-a-informacao-e-direito-de-todos>>;
- BRASIL. Lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
- BRASIL. Decreto federal n. 7.724, de 16 de maio de 2012 (Regulamento da Lei de Acesso à Informação);
- “Mapa da LAI”, disponibilizado no sítio eletrônico “Acesso à Informação” do Governo Federal;
- “Mapa do Decreto n. 7.724”, disponibilizado no sítio eletrônico “Acesso à Informação” do Governo Federal;
- Precedentes do “Banco de precedentes da Controladoria-Geral da União – CGU” e da “Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI” atinentes à aplicação da Lei de Acesso à Informação – LAI;
- BUCCI, Eugênio. O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015;
- SCAFF, Fernando Facury. Orçamento Republicano e Liberdade Igual: ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2018;
- FURTADO, Monique Rocha; VIEIRA, James Batista. ONLL – Observatório da Nova Lei de Licitações. Portal Nacional de Contratações Públicas: uma

nova lógica jurídica, gerencial e econômica para a Lei de Licitações e Contratos;

- PEREZ, Elaine. A LGPD nas licitações e contratações públicas. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/elas-nojota/a-lgpd-nas-licitacoes-e-contratacoes-publicas-29072021>.

Além dos textos supracitados, de leitura obrigatória, os pesquisadores tinham acesso à biblioteca digital do NETACIP, onde poderiam acessar e realizar a leitura complementar da bibliografia, que inclui os seguintes textos:

- HABERMAS, Jürgen. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on empirical Research. In: Communication Theory, 16 (2006) 411–426, International Communication Association;
- SUNSTEIN, Cass R. #Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2018;
- GONÇALVES, José Renato. Acesso à informação das entidades públicas. Coimbra: Almedina, 2002;
- MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003;
- MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Princípio da Transparência. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (coord.). Tratado de Direito Administrativo: Volume 1 – Teoria geral e princípios do Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015;

- BASSOTTI, Ivani M.; SANTOS, Thiago S. (org.). Tópicos essenciais sobre gestão pública. São Paulo: Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Gestão, 2016;
- APFELROTH, Joshua. Recent developments in information regulation: the open government act – a proposed bill to ensure the efficient implementation of the freedom of information act. *Administrative Law Review*: 58:1, 2006;
- WEAVER, Russell L. Transparency, privacy and the Snowden affair. In: IRÈNE (et al) (edit). *Transparency in the open government era*. Paris: Imodev, 2015;
- VIEIRA DA COSTA, João Roberto (org.). *Comunicação de interesse público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor*. São Paulo: Jaboticaba, 2006;
- BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU) – Acórdão 1832/2018-Plenário, que analisa a transparência de portais de 135 organizações públicas federais, compreendendo também a leitura da tabela que compõe o Anexo I deste acórdão e consolida as ações previstas pela Câmara dos Deputados para correção das desconformidades apontadas no Acórdão 1832/2018-TCU-Plenário;
- BRASIL. Normas sobre as Páginas de Transparência Pública (Portaria interministerial n. 140, de 16 de março de 2006);
- BRASIL. Normas sobre as Páginas de Transparência Pública (Decreto federal n. 5.482, de 30 de junho de 2005);
- BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar federal n. 101, de 4 de maio de 2000);

- BRASIL. Lei do Habeas Data (Lei federal n. 9.507, de 9 de janeiro de 1997);
- BRASIL. Lei Federal de Processo Administrativo (Lei federal n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999);
- BRASIL. Lei de Arquivos Públicos (Lei federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991);
- BRASIL. Decreto atinente ao Credenciamento de Segurança e ao Tratamento de Informação Classificada (Decreto federal n. 7.845, de 14 de novembro de 2012);
- UNITED STATES OF AMERICA. The Freedom of Information Act, 5 U.S.C. § 552, as amended by Public Law N. 110-175, 121 Stat. 2524, and Public Law N. 111-83, § 564, 123 Stat. 2142, 2184.